Orientações

AVALIAÇÃO DA LEADER/DLBC

Agosto de 2017

Declaração de direitos de autor

© União Europeia, 2017

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Citação recomendada:

COMISSÃO EUROPEIA — Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade C.4 (2017): Orientações. Avaliação da LEADER/DLBC. Bruxelas.

Declaração de exoneração de responsabilidade:

As informações e as opiniões expressas na presente publicação são as dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão. A Comissão Europeia não garante a precisão dos dados contidos na presente publicação. Nem a Comissão nem qualquer pessoa agindo em seu nome pode ser considerada responsável pelo uso que possa ser dado às informações constantes da presente publicação.

O Serviço Europeu de Assistência na Avaliação é responsável pela função de avaliação na Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR), orientando na avaliação de programas de desenvolvimento rural (PDR) e de políticas que são da competência e estão sujeitas à orientação da Unidade C.4, Acompanhamento e Avaliação da DG AGRI da Comissão Europeia (CE). A fim de melhorar a avaliação da política de desenvolvimento rural da UE, o Serviço de Assistência presta apoio a todas as partes interessadas na avaliação, nomeadamente à DG AGRI, às autoridades nacionais e às autoridades de gestão dos PDR, e aos avaliadores, através da conceção e da divulgação de metodologias e instrumentos adequados; da recolha e do intercâmbio de boas práticas; do desenvolvimento de capacidades e da comunicação com os membros da rede sobre questões relacionadas com a avaliação.

Encontram-se disponíveis na Internet, no servidor Europa (http://enrd.ec.europa.eu), mais informações sobre as atividades do Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural.

Orientações

AVALIAÇÃO DA LEADER/DLBC

Agosto de 2017

Conteúdo

[1 Introdução 10](#_Toc512002675)

[1.1 Avaliação da LEADER/DLBC no novo período de programação (2014‑2020) 10](#_Toc512002676)

[1.1.1 DLBC: Quais são as novidades? 10](#_Toc512002677)

[1.1.2 Objetivo da avaliação 12](#_Toc512002678)

[1.1.3 Quadro legal e orientações para a avaliação 14](#_Toc512002679)

[1.2 Conceptualizar a avaliação da LEADER/DLBC 16](#_Toc512002680)

[1.2.1 Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR 18](#_Toc512002681)

[1.2.2 Avaliação da LEADER/DLBC ao nível local 20](#_Toc512002682)

[1.2.3 Termos relevantes: como os compreendemos e como se inter‑relacionam. 25](#_Toc512002683)

[2 Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR 30](#_Toc512002684)

[2.1 O que avaliar ao nível do PDR e de que modo? 30](#_Toc512002685)

[2.2 Avaliação dos contributos da LEADER/DLBC para os objetivos do DI do PDR e dos contributos para a aplicação da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (obrigatório) 32](#_Toc512002686)

[2.2.1 O que apreciar? 32](#_Toc512002687)

[2.2.2 Etapa por etapa: como apreciar os contributos da LEADER/DLBC para a concretização dos objetivos da política? 37](#_Toc512002688)

[ % de população rural abrangida pelas estratégias de desenvolvimento local (DI 6B ‑ indicador de resultado) 38](#_Toc512002689)

[ Criação de emprego em projetos apoiados (DI 6B ‑ indicador de resultado) 38](#_Toc512002690)

[2.3 Avaliação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC (recomendado) 47](#_Toc512002691)

[2.3.1 O que apreciar? 47](#_Toc512002692)

[2.3.2 Etapa por etapa: como apreciar o mecanismo de execução da LEADER/DLBC? 48](#_Toc512002693)

[2.4 Avaliação do valor acrescentado da LEADER/DLBC (recomendado) 53](#_Toc512002694)

[2.4.1 O que apreciar? 53](#_Toc512002695)

[2.4.2 Etapa por etapa: como medir o valor acrescentado da LEADER/DLBC 55](#_Toc512002696)

[2.5 Apresentação de relatórios sobre a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR 57](#_Toc512002697)

[2.6 Divulgação e seguimento da avaliação da LEADER/DLBC ao nível da PDR 60](#_Toc512002698)

[3 Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do GAL 63](#_Toc512002699)

[3.1 O que avaliar ao nível local e como? 63](#_Toc512002700)

[3.2 ETAPA 1: Planeamento das atividades de avaliação ao nível do GAL 69](#_Toc512002701)

[3.3 ETAPA 2: Preparação das atividades de avaliação ao nível do GAL 73](#_Toc512002702)

[3.4 ETAPAS 3 e 4: Estruturação e realização da avaliação ao nível do GAL 83](#_Toc512002703)

[3.5 ETAPA 5: Comunicação, divulgação e seguimento dos resultados da avaliação ao nível do GAL 86](#_Toc512002704)

[4 Anexo 89](#_Toc512002705)

[4.1 Glossário 89](#_Toc512002706)

[- Abordagem ascendente; 93](#_Toc512002707)

[- Abordagem baseada na zona; 93](#_Toc512002708)

[- Parceria local; 93](#_Toc512002709)

[- Integração multissetorial; 93](#_Toc512002710)

[- Ligação em rede; 93](#_Toc512002711)

[- Inovação; 93](#_Toc512002712)

[- Cooperação interterritorial e cooperação internacional. 93](#_Toc512002713)

Figuras

[Figura 1. O DLBC na arquitetura política da UE para o período de programação 2014‑2020 11](#_Toc512002715)

[Figura 2. Opções para o DLBC nos Estados‑Membros 11](#_Toc512002716)

[Figura 3. Finalidade da avaliação da LEADER/DLBC 13](#_Toc512002717)

[Figura 4. Conceito da avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR e ao nível local 17](#_Toc512002718)

[Figura 5. Autoavaliação e avaliação independentes ao nível local 22](#_Toc512002719)

[Figura 6. Tipos de estratégia 26](#_Toc512002720)

[Figura 7. Valor acrescentado da LEADER/DLBC 28](#_Toc512002721)

[Figura 8. Ciclo de avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR 31](#_Toc512002722)

[Figura 9. Ligações verticais e horizontais entre os níveis de execução dos FEEI 36](#_Toc512002723)

[Figura 10. Visão global do âmbito da avaliação 41](#_Toc512002724)

[Figura 11. Ligação do método LEADER ao mecanismo de execução da LEADER/DLBC ao nível do PDR 49](#_Toc512002725)

[Figura 12. Eventuais efeitos do mecanismo de execução do PDR em todos os níveis 50](#_Toc512002726)

[Figura 13. Relações entre o mecanismo de execução, as atividades dos GAL e o valor acrescentado 65](#_Toc512002727)

[Figura 14. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação 68](#_Toc512002728)

[Figura 15. Planeamento das atividades de comunicação relativamente à avaliação 72](#_Toc512002729)

[Figura 16. Verificação da coerência entre a lógica de intervenção da estratégia de DLBC e os elementos de avaliação 75](#_Toc512002730)

[Figura 17. Ligação entre o método LEADER e o mecanismo de execução ao nível local (exemplo) 78](#_Toc512002731)

[Figura 18. Organização do seguimento dos resultados da avaliação 87](#_Toc512002732)

Quadros

[Quadro 1. Critérios de apreciação e indicadores para a QAC 17: «Em que medida apoiaram as intervenções do PDR o desenvolvimento local nas zonas rurais?» 38](#_Toc512002733)

[Quadro 2. Indicadores comuns de resultado e de objetivo para a LEADER 38](#_Toc512002734)

[Quadro 3. Identificação de métodos quantitativos e qualitativos 44](#_Toc512002735)

[Quadro 4. Panorama da elaboração de relatórios sobre a LEADER/DLBC, das responsabilidades associadas e dos grupos‑alvo 59](#_Toc512002736)

Lista de Acrónimos

|  |  |
| --- | --- |
| AG | Autoridade de gestão |
| CA | Comité de acompanhamento |
| CE | Comissão Europeia |
| DG AGRI | Direção‑Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural |
| DG EMPL | Direção‑Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão |
| DG MARE | Direção‑Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas |
| DG REGIO | Direção‑Geral da Política Regional e Urbana |
| DI | Domínio de incidência |
| DLBC  DPCL | Desenvolvimento local de base comunitária  Desenvolvimento promovido pelas comunidades locais |
| DT | Documento de trabalho |
| EM | Estado‑Membro |
| ETI | Equivalente a tempo inteiro |
| FC | Fundo de Coesão |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEAMP | Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas |
| FEDER | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional |
| FEEI | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento |
| FSE | Fundo Social Europeu |
| GAL | Grupo de ação local |
| GAL‑Pesca | Grupos de ação local no domínio das pescas |
| ICC | Indicadores comuns de contexto |
| IR | Indicadores de realização |
| IR | Indicadores de resultado |
| LEADER | Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural |
| M | Medida |
| MAIPP | Método de avaliação de impacto de programas e projetos |
| ONG | Organização não-governamental |
| OP | Organismo pagador |
| OT | Objetivos temáticos |
| PA | Plano de avaliação |
| PAC | Política agrícola comum |
| PDR | Programa de desenvolvimento rural |
| PEI | Parceria Europeia de Inovação |
| PIB | Produto interno bruto |
| PME | Pequenas e médias empresas |
| PO | Programa operacional |
| PROMIS | *Project Result Oriented Management Information System* [sistema de informação de gestão orientada para os resultados dos projetos] |
| QA | Questão de avaliação |
| QAC | Questão de avaliação comum |
| QAEP | Questão de avaliação específica do programa |
| QCAA | Quadro comum de acompanhamento e avaliação |
| QEC | Quadro Estratégico Comum |
| R | Realização |
| R | Resultado |
| RAE | Relatório anual de execução |
| REDR | Rede Europeia de Desenvolvimento Rural |
| RRN | Rede rural nacional |
| SCAA | Sistema comum de acompanhamento e avaliação |
| SFC | *Shared Fund Management Common System* [sistema comum de gestão partilhada dos fundos] |
| SWOT | *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* [pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças] |
| T | *Target* [Objetivo] |
| UE | União Europeia |
|  |  |

PREFÁCIO

Por que razão foram elaboradas estas orientações?

Embora as partes interessadas já disponham de vários anos de experiência na avaliação da LEADER, o novo período de programação, 2014‑2020, impõe novos desafios a uma avaliação adequada dos efeitos da LEADER/DLBC aos níveis local, regional, dos Estados‑Membros e da UE.

**A importância da avaliação aumentou** devido ao modo como se elaboraram os novos requisitos de acompanhamento e avaliação (ver capítulo 1.1.3) da política de desenvolvimento rural 2014‑2020 e à possibilidade de integrar de forma flexível a LEADER/DLBC nos PDR. Por conseguinte, as partes interessadas podem necessitar de orientação para executarem as novas tarefas de avaliação, como a apreciação dos contributos primários e secundários da LEADER/DLBC para a consecução dos objetivos políticos, bem como dos resultados e dos impactos dos PDR, e o acompanhamento e a avaliação das estratégias de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais (DPCL)[[1]](#footnote-1).

Baseadas no quadro legal e nas orientações vigentes, as presentes orientações pretendem ajudar as partes interessadas na avaliação das intervenções no âmbito da LEADER/DLBC e na elaboração de relatórios sobre estas atividades. Para o efeito, as orientações contêm conselhos práticos para a preparação e realização das atividades de avaliação da LEADER/DLBC quando integradas na avaliação do PDR, mas também na avaliação/autoavaliação ao nível local.

**As orientações foram elaboradas por uma equipa de peritos** do Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural (Vincenzo Angrisani, Jean‑Michel Courades, Robert Lukesch, Julija Marosek, Matteo Metta, Marili Parissaki, Magda Porta, Carlo Ricci, Jela Tvrdonova e Hannes Wimmer). A conformidade das presentes orientações com o quadro das políticas da UE foi assegurada por representantes da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural. Na nona reunião do Grupo de Peritos para o Acompanhamento e a Avaliação da PAC, e nas reuniões do Painel de Consulta[[2]](#footnote-2), os representantes dos Estados‑Membros formularam observações sobre as versões provisórias das orientações. O Ponto de Contacto da REDR e o Serviço de Orientação da PEI foram igualmente convidados a pronunciarem‑se sobre as orientações.

Quais os grupos‑alvo das presentes orientações?

As orientações sobre a avaliação da LEADER/DLBC foram elaboradas para diferentes grupos de partes interessadas no desenvolvimento rural:

* As **autoridades de gestão** encontrarão informações sobre a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR: o quadro legal, bem como a finalidade e a incidência da avaliação. A orientação prática indicará como preparar, gerir e coordenar a apreciação dos contributos provenientes das intervenções da LEADER/DLBC, e como comunicar, divulgar e dar seguimento aos resultados da avaliação. Além disso, as autoridades de gestão encontrarão informações úteis sobre os modos de prestar apoio aos GAL quando realizam atividades de avaliação ao nível local. Os organismos pagadores podem encontrar informações pertinentes para as suas bases de dados de operações.
* As **redes rurais nacionais** encontrarão orientação sobre o tipo de apoio que podem prestar aos GAL nas suas tarefas de avaliação.
* Os **avaliadores** obterão explicações completas de todos textos jurídicos pertinentes e a fundamentação global subjacente aos requisitos. As orientações apresentam abordagens de avaliação para a apreciação dos contributos da LEADER/DLBC para os resultados, os impactos e os objetivos do PDR, bem como abordagens para a avaliação da LEADER/DLBC ao nível local.
* Os **funcionários da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural** podem recorrer às orientações enquanto documento de referência para quaisquer questões que surjam sobre a avaliação da LEADER/DLBC.
* Os **GAL** encontrarão recomendações sobre o modo de realizar a avaliação ao nível local, informações sobre o relacionamento entre a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR e as atividades de avaliação ao nível dos GAL, assim como sobre o tipo de apoio que lhes poderia ser prestado pela AG e por outras partes interessadas.

Como estão estruturadas as orientações?

As orientações dividem‑se em quatro partes.

A **PARTE 1** apresenta a LEADER/DLBC integrada na política de desenvolvimento rural e revela as suas ligações a outros instrumentos do DLBC financiados pelos FEEI;aborda a finalidade e o quadro legal da avaliação; revela, igualmente, o conceito de avaliação e o papel das várias partes interessadas no processo de avaliação.

A **PARTE 2** explica o ciclo de avaliação ao nível do PDR e ilustra a apreciação dos contributos da LEADER/DLBC para a concretização dos objetivos da UE, nacionais e do PDR. Nessa apreciação incluem‑se os contributos primários e secundários das operações da LEADER/DLBC para os DI do desenvolvimento rural. Esta parte esclarece ainda sobre a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC e do valor acrescentado.

A **PARTE 3** contém recomendações destinadas aos GAL sobre os modos de avaliação ao nível local e os tipos de apoio que a AG, a RRN e outras partes interessadas podem prestar aos GAL para este efeito. Esta parte apresenta ainda vários instrumentos e exemplos que podem ser utilizados na avaliação da LEADER/DLBC ao nível local, e concentra‑se nas estratégias financiadas exclusivamente pelo FEADER [a saber, os GAL monofinanciados pelo FEADER («monofundo»)].

A **PARTE 4** (anexo) contém o glossário.

1. Introdução
   1. Avaliação da LEADER/DLBC no novo período de programação (2014‑2020)
      1. DLBC: Quais são as novidades?

Um novo instrumento na arquitetura política da UE

O **desenvolvimento local de base comunitária** (DLBC) foi apresentado como um novo instrumento da política de apoio à coesão territorial no período de programação 2014‑2020. O DLBC presta apoio na satisfação das necessidades locais nas zonas urbanas, rurais e pesqueiras, e das necessidades específicas de grupos‑alvo selecionados. Mobiliza potencialidades locais e reforça os nexos entre os intervenientes nas zonas apoiadas. De um modo geral, o DLBC contribui para a Estratégia Europa 2020, explorando o potencial de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em toda a UE.

O **DLBC baseia‑se nas experiências da abordagem LEADER**, promovendo em maior medida os projetos realizados através de parceiras locais, no sentido ascendente, mediante estratégias de desenvolvimento locais, multissetoriais e orientadas para zonas específicas. O DLBC apoia o reforço da economia local através da criação de emprego sustentável, utilizando os recursos locais e reforçando a coesão social, a ligação em rede, a cooperação e a inovação. A LEADER, com a sua clara ligação às zonas rurais, continuará a ser utilizada no âmbito do FEADER enquanto LEADER/DLBC.

O DLBC está programado no acordo de parceria e nos pertinentes programas nacionais/regionais dos FEEI. A fim de se obterem resultados que contribuam para alcançar objetivos mais gerais da UE, podem reunir‑se diversas políticas numa estratégia DLBC ao nível local, superando‑se a concentração numa única política (ver figura *infra*).

Flexibilidade na resposta às necessidades locais e na promoção das potencialidades locais

A **arquitetura do DLBC permite flexibilidade** na resposta às necessidades específicas ao nível local. Os Estados‑Membros podem escolher de entre as numerosas medidas políticas apoiadas pelos vários FEEI, sendo dois os cenários por que podem optar: recorrer a um único fundo [monofinanciamento («monofundo»)] ou a vários fundos [multifinanciamento («multifundos»)]. Porém, o DLBC só é obrigatório no âmbito do FEADER, sob a forma de LEADER. Caso os Estados‑Membros optem pelo recurso a vários fundos, podem aplicar várias combinações, de modo a darem resposta às suas necessidades territoriais.



Figura 1. O DLBC na arquitetura política da UE para o período de programação 2014‑2020



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

Figura 2. Opções para o DLBC nos Estados‑Membros



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

Reforço da abordagem LEADER

A LEADER/DLBC é aplicada através do **desenvolvimento local de base comunitária (DLBC)** e assenta em características específicas. Em períodos de programação anteriores, estas características eram conhecidas como o «método LEADER» ou os «7 princípios LEADER». Nas presentes orientações, chamaremos a essas características «metodologia LEADER». As principais características do DLBC são as seguintes[[3]](#footnote-3):

* **Incidência em zonas e territórios sub‑regionais específicos**, designados pela população local, em sentido ascendente;
* **Parceria público‑privada = grupo de ação local (GAL)**, que representa o território e a sua população, e conduz o processo de desenvolvimento sem que qualquer grupo de interesse ou autoridade pública tenha a maioria no processo de tomada de decisões;
* **Estratégia baseada em áreas**, criada e aplicada através de um processo de tomada de decisões participativo e ascendente, organizado pelo GAL, para dar resposta às necessidades mais prementes da região;
* **Estratégia multissetorial de desenvolvimento local**, para fomentar e associar as potencialidades de desenvolvimento local dos vários setores com vista à consecução dos objetivos locais;
* **Inovação** como objetivo transversal no desenvolvimento do território do GAL;
* **Ligação em rede** entre os intervenientes no território do GAL, e entre os GAL e outras parcerias público‑privadas, a fim de se estabelecer uma base mais sólida para a transferência de conhecimentos e o intercâmbio de experiências;
* **Cooperação** entre os intervenientes locais e entre os GAL de diferentes territórios de um Estado‑Membro, da UE e de fora desta.

Estas características foram reforçadas no período de programação em curso através de:

* Intensificação do apoio preparatório das parcerias locais (por exemplo, reforço de capacidades, bem como formação e ligação em rede, para facilitar a preparação e a execução de estratégias de desenvolvimento local);
* Reforço da função dos GAL na governação dos territórios rurais (por exemplo, mais decisões tomadas localmente sobre ações apoiadas por estratégias de DLBC e regras financeiras mais flexíveis[[4]](#footnote-4) para a aplicação da LEADER/DLBC ao nível local);
* Integração das disposições de acompanhamento e avaliação nas estratégias de DLBC, para melhorar a sua conceção e execução;
* Maior incidência na animação, para maior intercâmbio e cooperação entre as partes interessadas (por exemplo, afetação expressa de fundos à animação);
* Aumento da participação do setor privado na parceria (mediante uma norma específica que imponha a participação de parceiros do setor privado nas decisões de seleção de projetos);
* Simplificação da cooperação transnacional (por exemplo, através de normas comuns em matéria de publicação de processos de seleção e prazos para a seleção de projetos).
  + 1. Objetivo da avaliação

**A avaliação da LEADER/DLBC ajuda** os decisores políticos, os gestores de programas, os GAL e os beneficiários a utilizarem melhor os seus recursos na satisfação das necessidades da população local. Neste contexto, a avaliação da LEADER/DLBC tem uma função sumativa (responsabilização e transparência) e uma função formativa (aprendizagem coletiva).

Figura 3. Finalidade da avaliação da LEADER/DLBC



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

* + 1. Quadro legal e orientações para a avaliação

O DLBC é um dos instrumentos[[5]](#footnote-5) dos FEEI destinados a promover abordagens integradas do desenvolvimento territorial. Além disso, o DLBC promove a participação dos intervenientes regionais/locais e das comunidades locais na aplicação dos programas[[6]](#footnote-6).

O **Regulamento «Disposições Comuns**» precisa que o DLBC[[7]](#footnote-7):

* Deve **incidir em áreas sub‑regionais específicas, ser dirigido por grupos de ação local** (GAL), ser realizado através de **estratégias** integradas e multissetoriais **de desenvolvimento local**, ser planeado tendo em conta as necessidades locais e incluir características inovadoras no contexto local, no trabalho em rede e na cooperação;
* **Deve ser apoiado** pelo FEADER enquanto LEADER/DLBC;
* **Pode ser apoiado também** pelo FEDER, pelo FSE e pelo FEAMP.

**Disposições legais aplicáveis ao acompanhamento e à avaliação das estratégias de DLBC**

O «Regulamento Disposições Comuns» impõe a cada GAL a realização de atividades específicas de acompanhamento e avaliação relacionadas com a estratégia do DLBC[[8]](#footnote-8). Para o efeito, os GAL devem incluir, na sua estratégia de DLBC, uma descrição das disposições de acompanhamento e avaliação[[9]](#footnote-9). Os custos ligados ao acompanhamento e à avaliação da estratégia do DLBC podem ser cobertos pelos custos operacionais do GAL[[10]](#footnote-10).

O requisito legal aplicável às avaliações por peritos internos e externos, funcionalmente independentes das autoridades responsáveis pela execução do programa a que se refere o artigo 54.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, não se aplica às estratégias de DLBC. O artigo 54.º, n.º 1, aplica-se a programas operacionais e a programas de desenvolvimento rural, não a estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

Ademais, nos termos do regulamento de execução da Comissão relativo ao FEADER, as AG devem descrever no plano de avaliação[[11]](#footnote-11):

* atividades necessárias para a avaliação da contribuição das estratégias de DLBC para objetivos de desenvolvimento rural;
* apoios previstos para a avaliação ao nível dos GAL.

Por outro lado, nos termos do Regulamento «Desenvolvimento Rural», devem as informações resultantes das atividades de avaliação ser incluídas nos **relatórios anuais de execução (RAE)** a apresentar em 2017 e em 2019[[12]](#footnote-12), nomeadamente:

* **em 2017:** quantificação dos progressos do programa através da apreciação dos indicadores complementares de resultados e das respostas às pertinentes questões de avaliação;
* **em 2019, adicionalmente:** contributos para o cumprimento da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, através da apreciação dos contributos líquidos do programa para alterações nos valores dos indicadores de impacto da PAC e de questões de avaliação pertinentes, entre outros meios.

Consequentemente, o capítulo 7 destes dois RAE deve incluir informações sobre os contributos das operações executadas no âmbito das estratégias de DLBC para os objetivos de desenvolvimento rural. O RAE deve conter uma quantificação dos indicadores de resultado e respostas às QAC. Para o efeito, é necessária uma apreciação dos domínios de incidência do desenvolvimento rural (DI) em que as operações executadas através das estratégias de DLBC revelem contributos primários e secundários.

O regulamento de execução da Comissão define ainda o **sistema comum de acompanhamento e avaliação** (SCAA) **para o desenvolvimento rural**[[13]](#footnote-13), estabelecido no Regulamento «Desenvolvimento Rural»[[14]](#footnote-14). O SCAA indica um conjunto mínimo de elementos que devem ser utilizados na avaliação dos PDR (incluindo as intervenções através da LEADER/DLBC). O SCAA e os seus elementos são descritos mais aprofundadamente no manual sobre o quadro comum de acompanhamento e avaliação (QCAA) e nos seus anexos[[15]](#footnote-15), bem como em vários documentos de orientação[[16]](#footnote-16).

O SCAA faculta à LEADER/DLBC:

* Uma **lógica de intervenção** do PDR, em que a LEADER/DLBC está programada principalmente no âmbito do DI 6B e contribui para outros DI[[17]](#footnote-17).
* Um conjunto de **indicadores de realizações e de objetivos comuns e específicos**, que deve ser utilizado para recolha de dados de monitorização sobre a execução da LEADER/DLBC. As informações sobre os indicadores comuns de resultado adicionais ligados aos DI devem ser igualmente utilizadas na apreciação dos contributos das operações executadas no âmbito das estratégias de DLBC[[18]](#footnote-18).
* **Questões de avaliação comuns** (QAC), principalmente a QAC 17, que está relacionada com o DI 6B e os objetivos do PDR para os quais a LEADER/DLBC contribui[[19]](#footnote-19).
* **Dados**, incluídos na base de dados das operações no âmbito do segundo pilar, sobre os indicadores de realizações e os indicadores de objetivos, a recolher **para a LEADER/DLBC** através do sistema de acompanhamento[[20]](#footnote-20);
* **Orientações específicas relativas à LEADER/DLBC** constantes de vários documentos do Serviço de Assistência (por exemplo, orientações: [*«Assessment of RDP results»*](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en), [«Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014‑2020»](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-establishing-and-implementing-evaluation-plan-2014-2020-rdps_en), etc. [[21]](#footnote-21).
  1. Conceptualizar a avaliação da LEADER/DLBC

A utilização do DLBC está prevista no acordo de parceria, bem como nos pertinentes programas dos FEEI, e faz‑se ao nível dos GAL aplicando o método LEADER (ver capítulo 1.1.1.):

* **ao nível dos programas:** no caso do FEADER, a LEADER é uma medida autónoma associada a determinadas prioridades específicas do programa;
* **ao nível local:** pode‑se recorrer a um ou mais FEEI para apoiar operações executadas através da estratégia de DLBC e das atividades do GAL dentro do território deste. Os objetivos da estratégia de DLBC devem corresponder aos dos FEEI a que se recorreu.

A figura 4, *infra,* ilustra as componentes da LEADER/DLBC acima descritas ao nível do PDR e ao nível local.



Figura 4. Conceito da avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR e ao nível local



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

Nos **PDR**, o DLBC está programado como LEADER/DLBC no DI 6B[[22]](#footnote-22), mas pode contribuir para qualquer dos DI dos PDR e para os objetivos transversais da inovação, do ambiente e das alterações climáticas. Através do PDR, contribui igualmente para a realização dos objetivos da PAC, a saber, o desenvolvimento territorial equilibrado das zonas rurais e, consequentemente, para os objetivos temáticos/grandes objetivos da Estratégia Europa 2020.

**ao nível local**, a LEADER/DLBC é executada pelas atividades dos GAL, segundo a estratégia de DLBC, através do funcionamento dos GAL e do reforço da animação/das capacidades[[23]](#footnote-23). As atividades mais importantes são a preparação e a execução da estratégia DLBC, que funcionam como um programa de pequena dimensão ao nível sub‑regional. Têm uma lógica de intervenção própria, composta por objetivos e ações/grupos de operações locais, para satisfazer as necessidades locais do território do GAL.

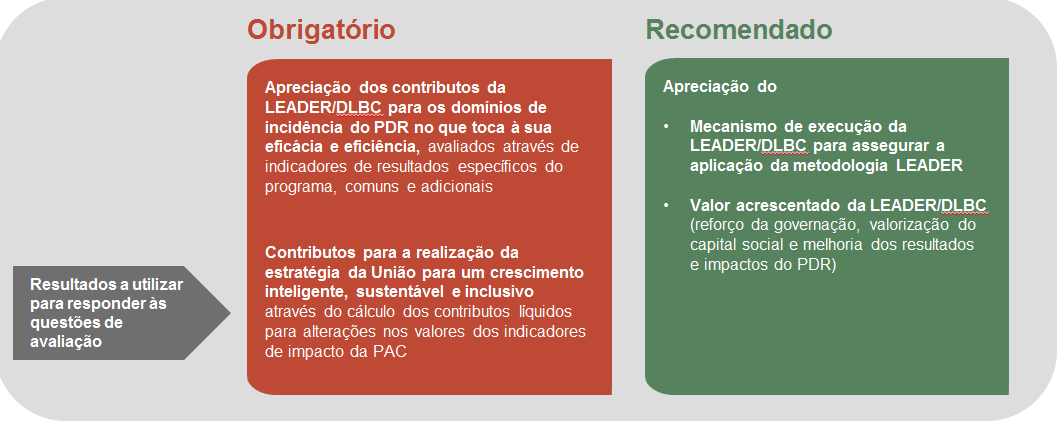
O DLBC é executado segundo **um método específico**, que, se aplicado corretamente, **gerará valor acrescentado** sob a forma de capital social valorizado, governação aperfeiçoada, e melhores resultados e impactos da execução do programa/da estratégia, em comparação com a execução sem recurso ao método LEADER (ver figura 7, no capítulo 1.2.3).

* + 1. Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR

**Quem é responsável pela avaliação ao nível do PDR?**

**A responsabilidade** pela avaliação da LEADER/DLBC enquanto parte do PDR cabe à AG, que deve **contratar** um **avaliador externo ou** nomearum **avaliador interno**, que seja funcionalmente independente das autoridades responsáveis pela conceção e pela execução do programa. A **AG** desempenha um papel fundamental no planeamento e na preparação da avaliação da LEADER/DLBC. Entre as suas funções incluem‑se a identificação das necessidades de avaliação e o estabelecimento de um sistema de acompanhamento e avaliação que assegure a disponibilidade de dados e de informações para a avaliação. A AG é responsável pela qualidade da avaliação, assim como pela comunicação, pela divulgação e pelo seguimento dos resultados da avaliação. A avaliação da LEADER/DLBC pode ser integrada na avaliação do PDR ou constituir uma avaliação autónoma.

**Em que incide a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR?**



A incidência da avaliação ao nível do PDR é claramente definida pelos diplomas legais (ver também capítulo 1.1.3):

* **Apreciação do contributo da LEADER/DLBC** para os objetivos[[24]](#footnote-24) **do DI do PDR**. Esta apreciação abrange a análise dos contributos das operações executadas segundo as estratégias de DLBC, incluindo os seus projetos[[25]](#footnote-25) de cooperação, e suas eficácia e eficiência. A **eficácia** prende‑se com a medida de em que a LEADER/DLBC contribuiu para os objetivos do PDR. A **eficiência** diz respeito aos custos desse contributo. A eficácia e a eficiência medem‑se com indicadores de resultado específicos do programa, comuns e adicionais[[26]](#footnote-26), ligados aos respetivos DI. A **quantificação dos contributos secundários não é obrigatória**, mas é muito útil para a demonstração de todos os progressos da LEADER/DLBC. A quota de contributos da LEADER/DLBC deve ser demonstrada separadamente, no cálculo dos valores brutos dos indicadores comuns de resultado complementares. Em alternativa, essa quota pode igualmente ser calculada para outros indicadores específicos do programa, comuns e adicionais, que sejam utilizados na apreciação dos resultados do PDR, no âmbito dos DI 2A, 5A, 5B, 5C e 5D.
* **Apreciação dos contributos da LEADER/DLBC para a realização da estratégia** da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta apreciação é efetuada para o RAE de 2019 e para a avaliação *ex post*, e tem em conta os contributos líquidos do programa para alterações nos valores dos indicadores de impacto da PAC (por exemplo, I14 ‑ taxa de emprego nas zonas rurais, I15 ‑ nível de pobreza nas zonas rurais e I16 ‑ PIB *per capita* das zonas rurais). Os resultados da apreciação devem ser utilizados nas respostas às questões de avaliação comuns e específicas do programa relacionadas com os objetivos ao nível da UE e com os objetivos específicos do PDR global.

Além disso, **recomenda‑se** a inclusão dos seguintes aspetos:

* **A apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC** analisa em que medida a administração do programa e as partes interessadas participantes asseguraram a aplicação do método LEADER na execução da LEADER/DLBC através de várias regras e procedimentos. Concretamente, em decisões sobre «monofundo» ou «multifundos», no processo de seleção dos GAL, na facilitação da cooperação transnacional, no grau de liberdade concedida aos GAL para a escolha e a execução dos tipos de operação, e o desenvolvimento das suas próprias ações/grupos de operação, no grau de participação dos GAL na seleção e no financiamento dos projetos, no âmbito das atividades de animação dos GAL, nos critérios de seleção de projetos de cooperação, etc.
* **A apreciação do** **valor acrescentado da LEADER/DLBC** consiste na comparação dos benefícios obtidos em resultado da correta aplicação do método LEADER com os benefícios que teriam sido obtidos sem essa aplicação. O valor acrescentado da LEADER/DLBC ao nível do programa pode ser expresso na valorização do capital social, no aperfeiçoamento da governação e em melhores resultados e impactos do PDR.
  + 1. Avaliação da LEADER/DLBC ao nível local

Quem é responsável pelas atividades de avaliação ao nível local?

As atividades de acompanhamento e avaliação relacionadas com a estratégia de DLBC ao nível local são da responsabilidade do **GAL[[27]](#footnote-27)** (ver disposições legais no capítulo 1.1.3). O GAL dispõe das seguintes possibilidades para realizar as **atividades de avaliação**:

* **Autoavaliação**: a avaliação é efetuada pelo GAL, nomeadamente pelas pessoas **envolvidas** na conceção e na execução da estratégia ou que sejam por elas **responsáveis** (membros do GAL, órgãos de decisão, órgão de gestão do GAL, etc.).
* **Avaliação**: a avaliação ao nível local é efetuada por um organismo **independente**, com competências de avaliação, que **não está envolvido** na conceção e na execução da estratégia e de outras atividades do GAL, **nem seja** porelas **responsável**, ou seja, um perito de avaliação externo.
* **Combinação de autoavaliação e avaliação:** O GAL pode contratar um **perito externo** para conduzir e facilitar o processo de autoavaliação. O perito pode desempenhar apenas a função de moderador, mas pode desempenhar igualmente a função de peritagem, emitindo pareceres e prestando aconselhamento. Na realidade, existe uma continuidade entre a autoavaliação e as práticas formativas de avaliação. Cabe ao GAL decidir a forma adequada de reflexão estratégica e definir com exatidão a função que o facilitador deve desempenhar.

A figura seguinte ilustra as ligações e as diferenças entre a autoavaliação e a avaliação.

Figura 5. Autoavaliação e avaliação independentes ao nível local



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

A decisão de realizar uma autoavaliação e/ou uma avaliação deve ser coerente com o **especificado na estratégia de DLBC**. Os GAL podem avaliar tanto as partes obrigatórias (estratégia de DLBC) como as partes facultativas (animação do GAL, mecanismo de execução da LEADER/DLBC e valor acrescentado).

Se a estratégia de DLBC previr, no âmbito das disposições de acompanhamento e avaliação, tanto a avaliação como a autoavaliação, recomenda-se a utilização, para ambos os exercícios, do mesmo conjunto de questões de avaliação e indicadores e uma única recolha de dados. A autoavaliação pode beneficiar dos resultados da avaliação e vice-versa.

Caso o GAL tenha optado por uma avaliação, podem ocorrer as seguintes **situações contratuais** ao nível local:

* Um único GAL contrata um avaliador. Neste caso, o avaliador será pago pelo GAL a partir do orçamento para os seus custos operacionais.
* Vários GAL (com ou sem a intervenção da RRN ou de um organismo intermediário) decidem lançar um concurso para a avaliação externa. Neste caso, um GAL pode assumir a liderança e agir em nome do grupo. Esta opção torna possível comparar os resultados da avaliação entre os GAL (por exemplo, governação e gestão, bem como intervenções em domínios temáticos). Neste caso, o custo do avaliador será partilhado por todos os GAL e pago a partir dos orçamentos para os seus custos operacionais.

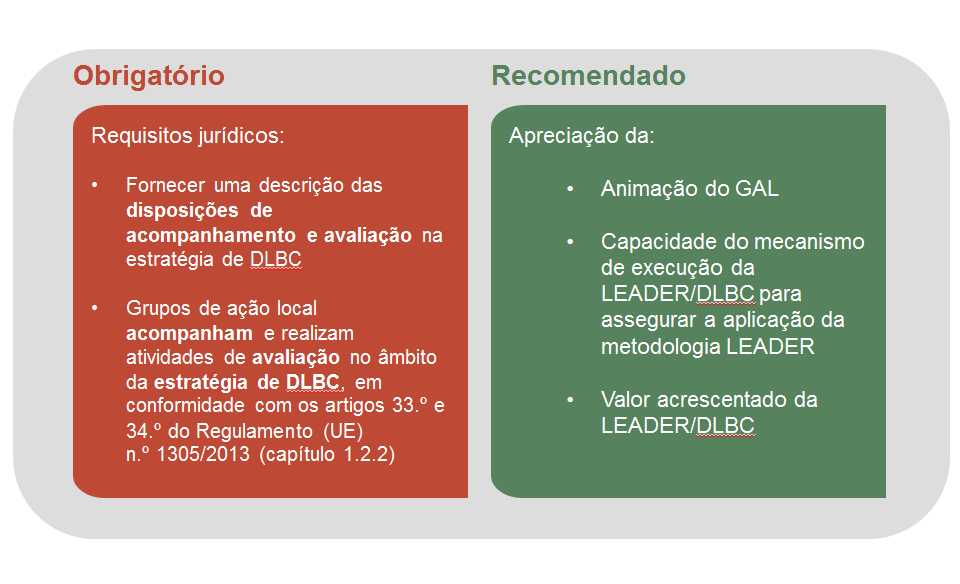
Nos **processos de concurso e de seleção de peritos de avaliação externos** nos Estados‑Membros, devem cumprir‑se as normas nacionais em matéria de contratos públicos, sempre que aplicáveis. A parte contratante deve estabelecer critérios de seleção transparentes, que abranjam a experiência e a competência de avaliação, bem como a capacidade de recolha e de utilização de informações e dados.

A AG do PDR desempenha a importante função de apoio aos GAL no acompanhamento da estratégia de DLBC e na preparação das atividades de avaliação (por exemplo, a AG deve facultar uma descrição normalizada dos termos de referência, que indique os requisitos mínimos de avaliação). A AG pode igualmente decidir delegar determinadas funções de apoio noutras partes interessadas. Por exemplo: a RRN pode prestar aos GAL formação sobre a avaliação; o organismo pagador pode ajudar os GAL a constituírem uma base de dados integrada/partilhada com o PDR (ou seja, uma base de dados das operações dos GAL)[[28]](#footnote-28).

Para as atividades de avaliação ao nível local, **a participação das partes interessadas** e do público em geral (pessoal do GAL, membros do GAL, organismos intermediários e beneficiários) é particularmente útil. A participação desses grupos contribui para a transparência e a aprendizagem. Os intervenientes locais podem ser envolvidos nas atividades de avaliação, promovendo a sua participação no comité de acompanhamento local e/ou no grupo diretor de avaliação local. Idealmente, estes organismos devem ser associados à execução da estratégia de DLBC numa fase inicial desta.

Qual é a incidência das atividades de avaliação da LEADER/DLBC ao nível local?

ao nível local, existem atividades obrigatórias e atividades recomendadas. São tarefas obrigatórias dos GAL a apresentação de uma descrição das disposições de gestão e de acompanhamento da estratégia, e de uma descrição das disposições específicas da avaliação, e a **realização de atividades de acompanhamento e de avaliação relacionadas com estratégia de DLBC**. Ademais, os diplomas legais não precisam outros pontos de incidência da avaliação ao nível local (ver capítulo 1.1.3).



Quanto à incidência obrigatória da avaliação, a **apreciação da estratégia de DLBC** abrange:

* **A coerência da estratégia de DLBC**: internamente – entre os objetivos da estratégia, as contribuições planeadas, a combinação de intervenções, bem como as realizações, os resultados e os impactos previstos; externamente – entre os vários instrumentos aplicados conjuntamente no mesmo território); **pertinência** na satisfação das necessidades mais prementes do território do GAL, decorrente da análise SWOT e da apreciação das necessidades.
* **Os contributos das operações no âmbito da estratégia de DLBC** (incluindo projetos de cooperação) **para o cumprimento dos objetivos da estratégia**, sua eficácia e sua eficiência;
* A análise dos fatores de sucesso e insucesso no que se refere à consecução dos objetivos da estratégia de DLBC.

Além da apreciação obrigatória da estratégia de DLBC, as orientações **recomendam** que se incluam, ao nível local:

* **A apreciação da animação do GAL**, ou seja, a sua capacidade para realizar ações de animação com o objetivo de aumentar a sensibilização, a disponibilidade, a cooperação e as capacidades de ligação em rede da população local;
* **A apreciação do desempenho do mecanismo de execução da LEADER/DLBC** na aplicação do método LEADER (por exemplo, participação e representação equilibradas da população local nas estruturas de tomada de decisão do GAL e nas estruturas, nas regras e nos procedimentos de gestão do GAL para preparar e executar a estratégia e os projetos de cooperação no âmbito do DLBC);
* **A apreciação do valor acrescentado** pelo mecanismo de execução e pela animação, isto é, **o método LEADER, se aplicado corretamente** (por exemplo, alterações de comportamento das pessoas que tenham resultado na valorização do capital social, no aperfeiçoamento da governação e em melhores resultados, o que acaba por contribuir para alterações estruturais na zona do GAL).

Quais serão as implicações na autoavaliação/avaliação da eventual inserção da LEADER numa estratégia de DLBC multifinanciada?

**O aspeto do multifinanciamento do DLBC tem implicações na autoavaliação/avaliação ao nível do GAL,** especialmente porque todas as operações apoiadas pelos vários fundos contribuem para a mesma estratégia e devem criar sinergias tendo em vista o cumprimento dos objetivos/resultados. Neste contexto, será difícil destrinçar os efeitos decorrentes dos diversos fundos/operações, uma vez que todos contribuem para a mesma estratégia.

Na avaliação das estratégias de DLBC multifinanciadas podem ser apreciados vários aspetos: a articulação/complementaridade da aplicação dos vários fundos no mesmo território (ou suma, a coerência), a eficácia do processo de governação e de coordenação na gestão dos vários fundos, etc. Para a apreciação destes aspetos, é aconselhável conceber elementos de avaliação adequados.

Ademais, poder‑se‑á analisar mais aprofundadamente **em que medida os FEEI envolvidos ajudaram o GAL a responder às necessidades e às potencialidades**. Isto pressupõe que a dimensão integrada e multissetorial da estratégia seja reforçada pela abordagem do multifinanciamento e que a cooperação beneficie de novos parceiros de outros fundos.

**Estas orientações incidem sobre as estratégias de DLBC financiadas exclusivamente pelo FEADER (ou seja, os GAL financiados só pelo FEADER).**

* + 1. Termos relevantes: como os compreendemos e como se inter‑relacionam.

O presente capítulo apresenta termos relevantes, que são úteis para uma melhor compreensão das orientações. O glossário contém definições de outros termos (ver anexo).

Estratégia

*Embora o termo «****estratégia****» possa ser definido de muitas formas, geralmente, compreende: i) uma visão a longo prazo; ii) objetivos a longo e a médio prazo; iii) alternativas para a realização desses objetivos num futuro previsível. Uma estratégia bem descrita deve estabelecer: i) O QUE se pretende alcançar; ii) com e para QUEM; iii) indicações claras sobre COMO se concretizará. Henry Mintzberg estabelece uma distinção muito útil entre «****estratégia pretendida****», que é representada pelo documento sobre a estratégia de DLBC, e* ***estratégia realizada****, ou seja, o que acabou por se concretizar[[29]](#footnote-29).*

Figura 6. Tipos de estratégia

*A estratégia realizada é o resultado da estratégia pretendida menos a estratégia não realizada, que é excluída, mais a estratégia emergente, que é introduzida ao longo do tempo (ver figura 6[[30]](#footnote-30)). Mesmo que, durante a execução, o GAL tenha efetuado uma revisão para que se refletisse melhor a estratégia deliberada, essa revisão não será plenamente coerente com o que acaba por ser concretizado. O avaliador consulta a estratégia pretendida essencialmente quando verifica a coerência e a pertinência. No concernente à avaliação do desempenho do GAL e dos resultados da estratégia de DLBC, o avaliador deve analisar a estratégia realizada e verificar se esta reflete o conteúdo do documento escrito (original ou revisto). Terá de procurar adaptar a lógica de intervenção na fase inicial da avaliação.*

*Isto é análogo ao que acontece ao nível do programa: O Estado‑Membro ou a região elabora um quadro estratégico que explique e analise as regras da Comissão Europeia aplicáveis à Medida 19 da LEADER, e que sirva de documento de apoio às operações do GAL. O modo de aplicação da medida será sempre diferente do que consta dos documentos originais.*

*Quando as orientações fazem referência ao termo «estratégia», deve‑se entender a «estratégia realizada», uma vez que este é o aspeto central de qualquer avaliação (com a grande exceção da avaliação* ex ante*).*

Valor acrescentado da LEADER/DLBC

*O quadro conceptual oferecido pelas presentes orientações assenta nos seguintes pressupostos:*

*O valor acrescentado da abordagem LEADER/DLBC é definido como os benefícios obtidos pela correta aplicação do método LEADER em comparação com os benefícios que poderiam ter sido obtidos sem essa aplicação (ver glossário, anexo I). O valor acrescentado da LEADER/DLBC manifesta‑se em:*

* ***Capital social valorizado****, pelo qual se entende um conceito multidimensional que inclui aspetos das organizações sociais, como redes, normas e confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (ver glossário, anexo I);*
* ***Governação aperfeiçoada****, que compreende as instituições, os processos e os mecanismos através dos quais as partes interessadas públicas, económicas e da sociedade civil manifestam os seus interesses, exercem os seus direitos legais, cumprem os seus deveres e resolvem as suas divergências, a fim de, em colaboração, gerirem os assuntos públicos a todos os níveis;*
* ***Melhores resultados e impactos*** *da execução do programa/da estratégia, comparativamente com a execução sem o método LEADER.*

Figura 7. Valor acrescentado da LEADER/DLBC

*O valor acrescentado da LEADER é gerado através de:*

**1) Execução do programa/da estratégia**,nomeadamente execução da Medida 19 do PDR e da estratégia de DLBC, a saber, a operacionalização sob a forma de projetos, e os resultados e impactos que produzem;

**2) O PDR e o mecanismo de execução do GAL**, a saber, um conjunto de regras, procedimentos e disposições administrativas que asseguram a conversão dos objetivos da estratégia em ações concretas no terreno (ver glossário, anexo I).

**3) Apoio ao reforço de capacidades/animação**: O apoio que a AG presta para encorajar e permitir que os beneficiários, diretamente ou através da RRN, utilizem a Medida 19 do PDR, bem como a capacidade de animação do GAL (a saber, todas as suas operações que não estejam diretamente relacionadas com projetos e que visem aumentar a sensibilização da população local, a sua disponibilidade, cooperação e capacidade de ligação em rede, para que contribua para o desenvolvimento da sua região).

*Estas três componentes – a execução do programa/da estratégia, o apoio ao reforço das capacidades/a animação e o mecanismo de execução em ambos os níveis – estão estreitamente interligadas; são três elementos que constituem um conjunto indissociável. Com a ajuda destas distinções, obteremos – e é esta a questão central – três perspetivas diferentes, três formas distintas de olhar para a realidade. Enquanto o mecanismo de execução diz respeito a regras, procedimentos e controlos, a animação visa o desenvolvimento de capacidades individuais, organizacionais e sociais, e formas flexíveis de apoio. As atividades de apoio podem estar diretamente relacionadas com projetos ou com um sistema. O estabelecimento destas distinções dá ao avaliador uma ideia mais completa da situação terreno e um quadro conceptual mais diversificado para a identificação dos fatores que contribuíram ou não para o valor acrescentado da LEADER.*

*O método LEADER é a aplicação combinada dos seus princípios:*

|  |  |
| --- | --- |
| *1) Estratégias de desenvolvimento local baseadas em zonas concretas;* | *5) Inovação;* |
| *2) Abordagem ascendente;* | *6) Ligação em rede;* |
| *3) Parcerias público‑privadas (exemplo: os GAL);* | *7) Cooperação territorial.* |
| *4) Abordagem multissetorial;* |  |

*Estes princípios operacionais estão estreitamente interligados. É difícil imaginar que um único princípio (por exemplo, a abordagem multissetorial) possa desenvolver todo o seu potencial se os outros princípios forem negligenciados. A exploração das possibilidades de aplicação do método LEADER atendendo aos sete princípios dará uma ideia clara da coerência com que a metodologia foi aplicada.*

1. Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR
   1. O que avaliar ao nível do PDR e de que modo?

O processo de avaliação da medida LEADER é semelhante ao do PDR[[31]](#footnote-31). A **preparação**, a **estruturação** e a **avaliação** da LEADER/DLBC podem ser efetuadas conjuntamente com as atividades de avaliação mais abrangentes do PDR, mas é igualmente possível efetuar‑se, separadamente, uma avaliação autónoma da LEADER/DLBC. Os relatórios sobre a avaliação da LEADER/DLBC são parte integrante da informação sobre os resultados da avaliação global (a menos que seja realizada uma avaliação autónoma).

No plano de avaliação, a AG decidirá:

* **do que é avaliado** em relação à LEADER/DLBC;
* **das atividades** a realizar em relação ao acompanhamento e à avaliação da LEADER/DLBC (por exemplo, como recolher os dados e as informações);
* **do modo de ligação da avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR à avaliação ao nível do GAL;**
* **do modo de realização da avaliação.** Quem a realiza e de que forma? Como parte da avaliação do PDR ou enquanto avaliação autónoma?
* **das capacidades e dos recursos a afetar** à realização da avaliação;
* **da data de realização da avaliação** (em 2017, 2019, *ex post*?)

Figura 8. Ciclo de avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

O plano de avaliação pode incluir igualmente questões de avaliação específicas do programa, critérios de apreciação e indicadores sobre a LEADER/DLBC. A avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR pode incidir nos seguintes aspetos (ver capítulo 1.2.1):

* contributos primários e secundários da LEADER/DLBC para os objetivos do DI do PDR, e contributos para a aplicação da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (obrigatório);
* mecanismo de execução da LEADER/DLBC (recomendado);
* valor acrescentado da LEADER/DLBC (recomendado).

A apreciação dos aspetos obrigatórios e recomendados é explicada, etapa por etapa, nos pontos seguintes.

* 1. Avaliação dos contributos da LEADER/DLBC para os objetivos do DI do PDR e dos contributos para a aplicação da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (obrigatório)
     1. O que apreciar?

**A medida LEADER/DLBC contém várias submedidas**: preparação e execução da estratégia de DLBC, funcionamento dos GAL, animação/reforço de capacidades e projetos de cooperação entre os GAL e outros parceiros.

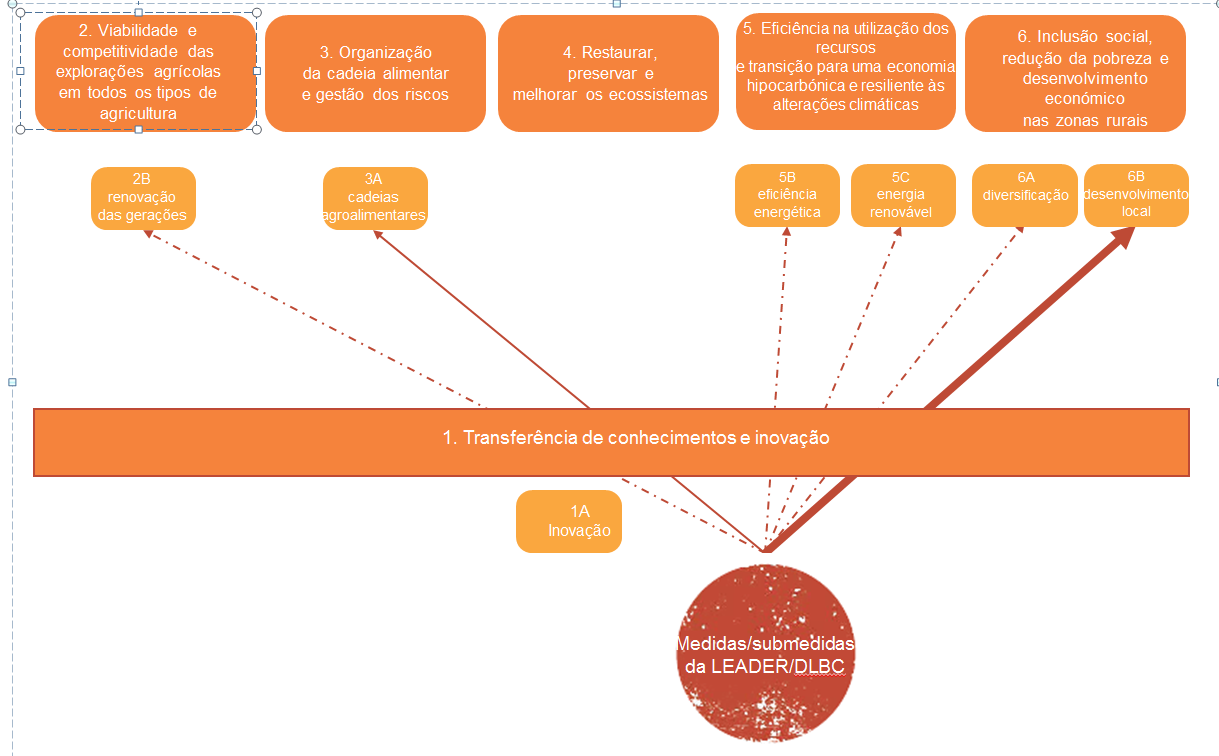
**A avaliação dos contributos da LEADER/DLBC para a realização dos objetivos** no âmbito dos DI e das prioridades de desenvolvimento rural prende‑se com a eficácia da medida (até que ponto a medida contribuiu para a consecução dos objetivos?), bem como com a sua eficiência (quais os custos?). Para o efeito, é necessário calcular os contributos das operações executadas no quadro da LEADER/DLBC. Idealmente (**não é obrigatório**), a avaliação deve igualmente quantificar os **contributos secundários** para outros DI, a fim de se obter uma ideia mais precisa dos progressos da LEADER/DLBC.

* Esperam‑se **contributos primários** do «desenvolvimento local nas zonas rurais» (DI 6B, em cujo âmbito a LEADER/DLBC está programada por defeito), para a hierarquia de objetivos do PDR.
* Os **contributos secundários** da LEADER/DLBC são contributos de operações executadas através de estratégias de DLBC para um DI que não seja o 6B. Pode‑se contar com dois tipos de contributo secundário:
* **Contributos secundários predominantes** para DI para os quais as operações contribuem de forma significativa;
* **Contributos secundários adicionais** para DI para os quais as operações contribuem de forma pouco significativa.

Os exemplos seguintes ajudam a distinguir os contributos primários dos secundários (predominantes e adicionais) da LEADER/DLBC.

**Exemplo 1**

Em primeiro lugar, as operações executadas através da LEADER/DLBC, que contribuem principalmente para o DI 6B (desenvolvimento local), estão indicadas pela seta contínua grossa na figura *infra*. Em segundo lugar, as operações que contribuem para o DI 3A (cadeias agroalimentares, promoção de mercados locais e cadeias de abastecimento curtas) estão indicadas pela seta contínua fina na mesma figura. Podem esperar-se contributos secundários adicionais para o DI 6A (diversificação e criação de emprego: seta descontínua), o 1A (promoção de operações inovadoras), o 2B [apoio a jovens agricultores para a diversificação (atividades não agrícolas], o 5B (incentivo para projetos de eficiência energética) e o 5C (apoio à produção de energia de fontes renováveis através da diversificação).

Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Exemplo 2:**   |  | | --- | | ***Caso 1:*** *Foi lançado um projeto para melhorar os serviços turísticos no território de um GAL, numa zona de elevado valor ambiental (EVN), que inclui a formação de prestadores de serviço locais sobre o valor ambiental de zonas de EVN.*  ***Contributo primário*** *para o desenvolvimento local através de uma melhor prestação de serviços turísticos (programação por defeito no âmbito do DI 6B).*  ***Contributos secundários*** *para a base de conhecimentos das zonas rurais (ligados ao DI 1A) e para a proteção da biodiversidade nas zonas de EVN (relacionados com o DI 4A):*   * *contributo* ***secundário predominante*** *para a base de conhecimentos (DI 1A);* * *contributo* ***secundário adicional*** *para a biodiversidade (DI 4A)*. |  |  | | --- | | ***Caso 2:***  *Um projeto apoiou a reconstrução e o equipamento de um edifício com tecnologia para a transformação de madeira numa exploração agrícola. Este projeto aumentou a base de produção da exploração agrícola e criou um posto de trabalho, e a biomassa resultante da transformação da madeira foi utilizada para produzir biocombustível.*  ***Contributo primário*** *para o desenvolvimento local (programação por defeito no âmbito do DI 6B).*  ***Contributos secundário***s *para a produção de energia de fontes renováveis (ligado ao DI 5C) e para o desempenho da exploração agrícola (ligado ao DI 2A):*   * *contributo* ***secundário predominante*** *para a produção de energia de fontes renováveis (DI 5C);* * *contributo* ***secundário adicional*** *para melhorar o desempenho da exploração agrícola (DI 2A).* | |

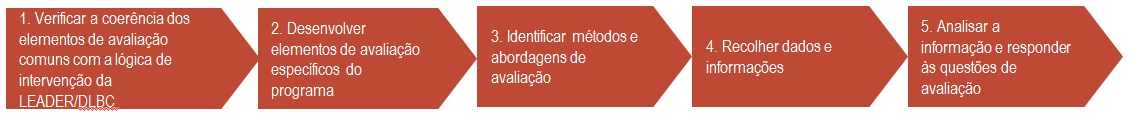
A avaliação da LEADER/DLBC deve igualmente ponderar a apreciação do **contributo da LEADER/DLBC** para os **objetivos temáticos** (nomeadamente OT1, OT3, OT8 e OT9[[32]](#footnote-32)) e, subsequentemente, para a aplicação da **estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**[[33]](#footnote-33). A LEADER/DLBC favorece a realização dos objetivos temáticos, através da sua contribuição para: a) os objetivos relativos às prioridades dos DI do PDR; b) os objetivos de DLBC definidos nos Acordos de Parceria. No que concerne à alínea a), o contributo para os DI é avaliado na apreciação dos resultados do PDR; já em relação à alínea b), a apreciação é efetuada nas avaliações dos Acordos de Parceria, mediante a avaliação dos PDR. Quando a LEADER/DLBC e os instrumentos de outros programas operacionais financiados pelo FEDER, FSE ou FEAMP são executados em conjunto segundo uma estratégia de DLBC, a apreciação da eficácia e da eficiência ao nível do programa deve incluir uma análise da complementaridade e das sinergias entre os vários instrumentos de DLBC.

Figura 9. Ligações verticais e horizontais entre os níveis de execução dos FEEI



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

* + 1. Etapa por etapa: como apreciar os contributos da LEADER/DLBC para a concretização dos objetivos da política?



Etapa 1: Verificar a coerência dos elementos comuns de avaliação com a lógica de intervenção da LEADER/DLBC

A primeira etapa consiste em analisar a lógica de intervenção da medida LEADER/DLBC no âmbito do PDR e verificar se os elementos comuns de avaliação (questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores) são coerentes com a mesma[[34]](#footnote-34).

**Existe uma QAC ligada ao DI 6B**[[35]](#footnote-35), no âmbito do qual a LEADER/DLBC está programada por defeito, a *QAC 17: «Em que medida apoiaram as intervenções do PDR o desenvolvimento local nas zonas rurais?»* Esta QAC apresenta seis critérios de apreciação propostos, que estão ligados a três indicadores comuns de resultado/objetivo[[36]](#footnote-36).



Quadro 1. Critérios de apreciação e indicadores para a QAC 17: «Em que medida apoiaram as intervenções do PDR o desenvolvimento local nas zonas rurais?»

| **Critérios de apreciação** | **Indicadores** |
| --- | --- |
| * Os serviços e as infraestruturas locais melhoraram nas zonas rurais * O acesso a serviços e infraestruturas locais melhoraram nas zonas rurais * A população rural participou em ações locais * A população rural beneficiou de ações locais * Criaram‑se oportunidades de emprego através de estratégias de desenvolvimento local * O território e a população rural abrangidos pelo GAL aumentaram | * % de população rural abrangida pelas estratégias de desenvolvimento local (DI 6B ‑ indicador de resultado) * Criação de emprego em projetos apoiados (DI 6B ‑ indicador de resultado) |

O SCAA contém os seguintes indicadores comuns de resultado e de objetivo para a LEADER/DLBC.

Quadro 2. Indicadores comuns de resultado e de objetivo para a LEADER

| **Indicador comum** | **Realização** | **Objetivo** |
| --- | --- | --- |
| População abrangida por GAL | O18 | T21 |
| Número de GAL selecionados | O19 |  |
| Número de projetos LEADER apoiados | O20 |  |
| Número de projetos de cooperação apoiados | O21 |  |
| Número e tipo de promotores de projetos | O22 |  |
| Números únicos de identificação de GAL envolvidos em projetos de cooperação | O23 |  |
| Número de postos de trabalho criados |  | T23 |

**A LEADER/DLBC também contribui para outros DI além do 6B.** Em consequência, além da QAC 17, todas as QAC ligadas a outros DI para os quais a LEADER/DLBC contribua devem igualmente ser tidas em conta na verificação da coerência. Por exemplo, se num determinado PDR a LEADER/DLBC também contribuir para o DI 6A, aplicar‑se‑á a seguinte questão de avaliação: *QAC 16: «Em que medida apoiaram as intervenções do PDR a diversificação, a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas e de postos de trabalho?».* Neste caso, todos os critérios de apreciação e indicadores de resultado (postos de trabalho criados em projetos apoiados) ligados à QAC 16 serão igualmente incluídos na verificação da coerência.

**Os elementos comuns de avaliação constituem uma base mínima que permite a apreciação dos contributos primários e secundários** da LEADER/DLBC e assegura a comparabilidade dos resultados de avaliação em toda a UE. Contudo, não são suficientes para captar todos os tipos de contributos primários e secundários. Por conseguinte, pode ser necessário conceber **elementos de avaliação adicionais** [por exemplo, critérios de apreciação adicionais e indicadores adicionais relacionados com a LEADER/DLBC (ver exemplo abaixo)].

**Exemplo – o indicador comum não capta todos os efeitos produzidos pela LEADER/DLBC no mesmo domínio (emprego)**

O **indicador de objetivo T23** (= indicador de resultado R24) é definido como o número de postos de trabalho criados em equivalentes a tempo inteiro (ETI) através do apoio à execução de operações segundo a estratégia de DLBC, financiada pelo PDR, no quadro da LEADER. Esta definição sugere que o indicador **contabiliza os empregos criados através do projeto**, conforme proposto no formulário de candidatura, à data da conclusão do projeto, e confirmado pela amostra de projetos concluídos em fase posterior do período de programação. O indicador **não abrange** os postos de trabalho mantidos.

Por exemplo: Um agricultor abre uma loja e procura obter apoio do GAL através da estratégia de DLBC. Cria um **novo posto de trabalho, que dura, pelo menos, 12 meses** (1 ETI), como indicado no formulário de candidatura. Devido ao êxito da loja, o agricultor cria **outro posto de trabalho (a tempo parcial**, que representa 0,5 ETI [1 pessoa a trabalhar a tempo parcial (50 %) durante, pelo menos, 12 meses). Isto significa que o projeto gera um total de novos postos de trabalho equivalente a 1,5 ETI. Este valor (1,5 ETI) é monitorizado com o indicador de objetivo T23 e confirmado através de um inquérito *ad hoc*, realizado pelo organismo pagador após a conclusão do projeto.

Para contabilizar os **postos de trabalho mantidos**, os avaliadores devem utilizar um **indicador adicional**.Por exemplo: «número de postos de trabalho mantidos graças ao projeto».

**Exemplo - o indicador comum não capta todos os domínios referidos na QAC**

Se a LEADER/DLBC revelar contributos secundários para o DI 6A, o indicador comum «postos de trabalho criados através de projetos apoiados» só aborda uma componente da QAC 16, nomeadamente a do emprego. Este indicador não inclui os contributos para a criação de PME nem para a diversificação, que são as outras componentes da QAC 16.

*Como lidar com esta situação?*

Para responder à QAC 16, também se podem utilizar **indicadores adicionais**, como proposto no [documento de trabalho: «Common evaluation questions for 2014-2020 RDPs»](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/working-document-common-evaluation-questions-rural-development-programmes_en):

* % de pequenas empresas no setor não agrícola criadas com o apoio do PDR (diversificação);
* % de pequenas empresas criadas com o apoio do PDR (criação de PME).

Etapa 2: Conceber elementos de avaliação específicos do programa

Embora sejam necessários elementos de avaliação adicionais (ver etapa anterior) para complementar os elementos comuns, pode haver igualmente **necessidade de conceber elementos de avaliação específicos do programa**, para captar efeitos específicos do programa da LEADER/DLBC ou para pormenorizar as QAC muito gerais.

Para os GAL e as AG, esta é uma oportunidade para estabelecer uma ligação entre os dois níveis de avaliação, melhorando a compreensão dos efeitos ao nível local e dos seus contributos ao nível do PDR. O desenvolvimento de elementos de avaliação ajuda a tornar a lógica de intervenção da LEADER/DLBC mais explícita e a mostrar a importância da abordagem e o seu valor acrescentado.

Mesmo que, na fase de programação, a AG já tenha definido questões de avaliação específicas do programa e indicadores e os tenha incluído no plano de avaliação do PDR, a AG ou os avaliadores ainda podem desenvolvê‑los ao prepararem a avaliação[[37]](#footnote-37).

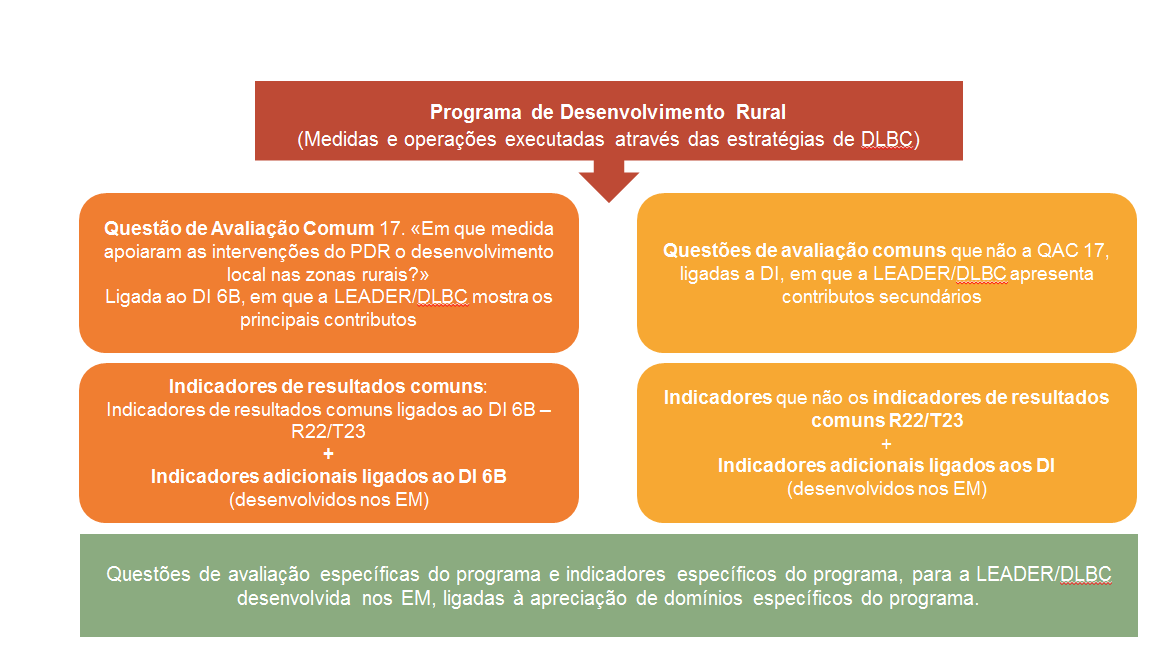
Os elementos de avaliação específicos do programa devem estar ligados a:

* DI específicos do programa para os quais a LEADER/DLBC contribui (por exemplo, maior economia no setor florestal ou qualidade dos alimentos);

Objetivos específicos do programa para os quais a medida LEADER/DLBC contribui (por exemplo, grupos‑alvo ou setores concretos sobre os quais a LEADER/DLBC incida);

* Tópicos de avaliação relacionados com a LEADER/DLBC e questões transversais para as quais a LEADER/DLBC contribua (descritos na secção 9 do PDR: inovação, ambiente e alterações climáticas);
* Objetivos específicos do programa para o acordo de parceria com o contributo da LEADER/DLBC (por exemplo, o OT9: promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação);
* Valor acrescentado da LEADER/DLBC.

Figura 10. Visão global do âmbito da avaliação



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

A caixa seguinte contém exemplos de questões de avaliação específicas do programa[[38]](#footnote-38).

**Fundamentação da conceção de questões de avaliação específicas do programa relacionadas com a LEADER/DLBC:**

Os elementos de avaliação indicados no quadro que se segue revelam um conjunto de objetivos de PDR para os quais a LEADER/DLBC pode contribuir de forma específica. Por conseguinte, além das QAC para os respetivos DI, podem ser concebidas questões de avaliação específicas do programa para medir o contributo da LEADER/DLBC para o desenvolvimento territorial nas zonas rurais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Questão de avaliação | Critérios de apreciação | Indicadores de resultado |
| *Eventual subdivisão do DI 6A*  «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para a criação de oportunidades de emprego sustentável para os jovens e as mulheres?» | * Foram criadas oportunidades de emprego | * Número de pessoas empregadas, incluindo trabalhadores independentes, durante mais de seis meses, com menos de 25 anos * Número de mulheres empregadas, incluindo trabalhadoras independentes, durante mais de seis meses |
| *Eventual subdivisão do DI 6A ou 3A*  «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para aumentar o valor acrescentado dos produtos locais?» | * O valor acrescentado dos produtos locais aumentou | * Aumento do número de produtos locais finalizados (produzidos, transformados e embalados) * Aumento da margem dos produtores locais no preço final dos produtos locais |
| *Eventual intervenção específica do PDR*  «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para a transição para uma sociedade sem emissões de carbono?» | * O fornecimento de energia de fontes renováveis aumentou (utilização de energia solar, eólica e hídrica) * A quantidade de resíduos reciclados aumentou * A produtividade dos recursos aumentou | * Aumento da produção de energia em explorações agrícolas (biocombustíveis, eólica, solar, etc.) * Aumento da produção de energia através de projetos comunitários (eólica, solar, etc.) * Aumento dos resíduos reciclados nas comunidades rurais * Aumento da poupança de energia em projetos de lazer e turismo |

A caixa seguinte contém exemplos de questões de avaliação específicas do programa relacionadas com a LEADER/DLBC[[39]](#footnote-39).

****A síntese das avaliações *ex ante* de 2014-2020 identificou as categorias mais comuns de objetivos da LEADER/DLBC. Com base nessa síntese, indicam-se seguidamente alguns exemplos de QAEP:

|  |  |
| --- | --- |
| Exemplos de objetivos da LEADER/DLBC | Exemplos de QAEP |
| Proatividade em relação aos desafios demográficos e às estruturas familiares e de cuidados (por exemplo, Brandeburgo e Berlim, DE) | «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para aumentar a prestação de cuidados sociais a pessoas a cargo?» |
| Conservação e manutenção do património natural e da paisagem rural (por exemplo, Bade-Vurtemberga, DE) | «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para melhorar a conservação do património natural?» |
| Melhoria das cadeias de abastecimento e dos sistemas de produção local respeitantes aos géneros alimentícios, à agricultura, ao artesanato e às pescas (por exemplo, Bolzano, IT) | «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para melhorar os sistemas de produção local?» |
| Promoção da inclusão social e redução da pobreza (por exemplo, Irlanda do Norte, UK) | «Em que medida contribuíram as operações da LEADER/DLBC para a inclusão social dos grupos desfavorecidos?» |

Etapa 3: Identificar abordagens e métodos de avaliação para a LEADER/DLBC

As operações da LEADER/DLBC executadas segundo as estratégias de DLBC são incluídas, juntamente com outras operações do PDR, no cálculo dos indicadores de realização, resultado e impacto comuns, adicionais e específicos do programa. Os *indicadores de realização* são utilizados para medir as realizações diretas das operações da LEADER/DLBC. Os *indicadores de resultado* medem os contributos primários e secundários da LEADER/DLBC para os DI e a consecução dos seus objetivos. Os *indicadores de impacto* são utilizados, normalmente, na apreciação global dos efeitos do PDR nas zonas rurais e na apreciação dos progressos realizados na consecução dos objetivos regionais, nacionais e da UE no âmbito do desenvolvimento rural.

Na definição dos métodos, devem ser tidas em contas as seguintes considerações:

Quadro 3. Identificação de métodos quantitativos e qualitativos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Métodos quantitativos** | **Métodos qualitativos** |
| Quando apresentar a candidatura? | Captar os contributos primários e secundários da medida LEADER/DLBC para a consecução dos objetivos dos DI. | Se o aproveitamento no âmbito das estratégias de DLBC for nulo ou baixo.  Para a análise inicial e a triangulação dos resultados quantitativos. |
| Como? | Uma amostragem de beneficiários que executam operações segundo a estratégia de DLBC e que foram assinalados por prestarem contributos secundários (tanto predominantes como adicionais) para DI específicos.  Os dados recolhidos através da amostragem são utilizados para calcular os contributos das operações da LEADER/DLBC para os valores dos indicadores ligados aos DI, se se esperarem contributos. | Utilização das ferramentas apresentadas no anexo 10, parte III, das orientações [Assessment of RDP Results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en)», (por exemplo, entrevistas com partes interessadas e beneficiários, grupos de reflexão e estudos de casos). |
| *Informações complementares* | [Anexo 10, parte III, das orientações «Assessment of RDP Results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017»](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en)*.* | [Anexo 10, parte III, das orientações «Assessment of RDP Results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017».](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en) |

Etapa 4: Recolha de dados e informações

**Para a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR**, devem ser recolhidos **dados e informações** sobre os:

* Indicadores de realização e de resultado/objetivo para o DI 6B;
* indicadores de resultado/objetivo para DI para os quais a LEADER/DLBC revele contributos secundários;
* Indicadores comuns de contexto (pertinentes para vários DI);
* Indicadores adicionais e específicos do programa relativos à LEADER/DLBC;
* Indicadores de impacto nas fases posteriores do período de programação.

Devem ser igualmente recolhidas as informações qualitativas adicionais necessárias para responder às questões de avaliação.

A **base de dados das operações** regista os dados para os indicadores comuns de realização e de objetivo sobre as operações executadas segundo as estratégias de DLBC e que constituem contributos primários e secundários para os DI do desenvolvimento rural (ver quadro 2)[[40]](#footnote-40). Idealmente, a AG deve facultar um sistema informático partilhado, que seja capaz de recolher e tratar dados e informações pertinentes ao acompanhamento e à avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR e local.

A AG pode utilizar a base de dados das operações para a apreciação dos contributos primários e secundários e a recolha de dados para os indicadores de resultado complementares e dos indicadores adicionais e específicos do programa relacionados com a LEADER/DLBC. Por exemplo, se as operações da LEADER/DLBC contribuírem para o DI 6A e a AG estiver a utilizar o indicador adicional «número de PME criadas», os dados necessários para este indicador adicional podem ser recolhidos igualmente da base de dados das operações**[[41]](#footnote-41)**.

*Consulte um exemplo de uma base de dados das operações da LEADER/DLBC* [aqui](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/danish-case-study-lag-operations-database-monitoring-and-evaluation_en)*.*

Etapa 5: Analisar as informações e responder às questões de avaliação

Os dados recolhidos são utilizados para o cálculo dos indicadores necessários (comuns, adicionais e específicos do programa). Estes são os indicadores relacionados com os DI para os quais a LEADER/DLBC dá contributos primários ou secundários, bem como os relacionados com questões de avaliação comuns e específicas do programa. Os valores de indicadores e as informações qualitativas recolhidas são seguidamente analisados e utilizados para as respostas às questões de avaliação. Estas informações são igualmente necessárias para comunicar os contributos da LEADER/DLBC para os resultados/impactos do PDR ao nível do PDR, nacional e da UE. Procedendo deste modo, aprende‑se a aumentar a eficácia e a eficiência na conceção e na execução da LEADER/DLBC.



|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | |  |  | | --- | --- | | **O que fazer**   * Identificar o apoio; identificar os intervenientes responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação que podem ter de cumprir as suas obrigações de provisão de dados. * Especificar e planear atividades de reforço de capacidades, tanto das AG como dos GAL (por exemplo, relativas à utilização da base de dados de operações partilhadas) * Conceber elementos de avaliação adicionais, se os elementos comuns não forem suficientes para captar inteiramente todos os tipos de contributos primários e secundários * Conceber questões de avaliação específicas do programa, se existirem contributos específicos da LEADER/DLBC para DI específicos do programa e objetivos específicos do PDR, ou tópicos de avaliação específicos relacionados com a LEADER/DLBC * Iniciar a recolha de dados o mais cedo possível, para minimizar as lacunas de dados e cumprir o calendário previsto. * Considerar igualmente os indicadores qualitativos | **O que não fazer**   * Subestimar a necessidade de reforço das capacidades de recolha, registo e provisão de dados * Conceber bases de dados demasiado complexas * Subestimar o tempo necessário para a recolha e o registo de dados * Conceber questões de avaliação que se encontrem a um nível elevado na lógica de intervenção, como, por exemplo, «em que medida contribuiu a LEADER/DLBC para o crescimento inteligente?» * Pensar apenas em números. Muitos dos progressos realizados no âmbito da LEADER/DLBC são intangíveis ou só serão percetíveis a longo prazo. | |

* 1. Avaliação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC (recomendado)
     1. O que apreciar?

O **mecanismo de execução da LEADER/DLBC** desempenha uma função determinante na aplicação do método LEADER. O mecanismo de execução é definido como «o conjunto de regras, procedimentos e etapas individuais aplicados para traduzir os objetivos da política na realização final das ações pelos beneficiários dos fundos»[[42]](#footnote-42).

As regras e os procedimentos para a execução da LEADER/DLBC são estabelecidos, em primeiro lugar, ao nível do PDR pela AG. Os GAL desempenham igualmente um papel no moldar das regras e dos procedimentos para os adaptar à especificidade das necessidades e condições locais. Por exemplo, uma AG prevê um conjunto mínimo de medidas, que os GAL aplicam segundo critérios de seleção específicos (ver capítulo 3.1).

O mecanismo de execução LEADER/DLBC afeta significativamente o valor acrescentado que se gera. Por exemplo, se dois Estados‑Membros aplicam regras e prazos diferentes às candidaturas no âmbito da cooperação transnacional (CT), tal dificulta a preparação e o funcionamento desses projetos. Nestas condições, coloca‑se em risco o princípio da cooperação e, consequentemente, também o método LEADER. Outro exemplo: A limitação por um Estado‑Membro dos tipos de operação a executar através das estratégias de DLBC pode colocar em risco a abordagem ascendente, baseada em zonas e multissetorial no desenvolvimento da zona do GAL.

É recomendável verificar se o mecanismo de execução do PDR permitiu a aplicação do método LEADER (e de cada um dos seus sete princípios). Para tal, é necessário analisar as regras, os procedimentos e cada etapa de execução. **A apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC não é obrigatória,** mas é importante para a avaliação global da LEADER/DLBC, e fornece informações para a avaliação do valor acrescentado.

A apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC ajuda as partes interessadas a perceber de que forma as regras e os procedimentos afetaram a aplicação do método LEADER.

* + 1. Etapa por etapa: como apreciar o mecanismo de execução da LEADER/DLBC?



Etapa 1: Conceber elementos de avaliação específicos do programa

Na avaliação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC, coloca‑se a seguinte questão: «**Em que medida assegurou o mecanismo de execução do PDR a aplicação do método LEADER?**».Ao nível do PDR, centra‑se nas fases de execução que estão sob o controlo da AG. A figura que se segue ilustra as fases e as etapas do mecanismo de execução.

Para a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC, propõem‑se as seguintes etapas de trabalho:

* **Especificar o mecanismo de execução da LEADER/DLBC.** Deve considerar‑se que o mecanismo de execução da Medida 19, por um lado, faz parte no mecanismo de execução global do PDR e, por outro, tem de incorporar o método LEADER.
* **Definir critérios específicos do programa** de forma que reflitam a «aplicação ideal» do método LEADER, para recolha de dados, juízos de valor e identificação de indicadores adequados. Estes serão, principalmente, indicadores de realização, embora possa ser útil incluir indicadores de processo (por exemplo, duração média de procedimentos normalizados).

Seguidamente, apresentam‑se alguns exemplos de modos de exploração do mecanismo de execução aplicado e gerido pela AG (eventualmente em colaboração com outros organismos intermediários e a RRN):

* Em que medida e de que forma influenciou a AG a formação e a delimitação das zonas do GAL?
* Em que medida e de que forma participaram os intervenientes locais (por exemplo, GAL do período anterior) na conceção da medida e no mecanismo de execução da LEADER?

Figura 11. Ligação do método LEADER ao mecanismo de execução da LEADER/DLBC ao nível do PDR



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

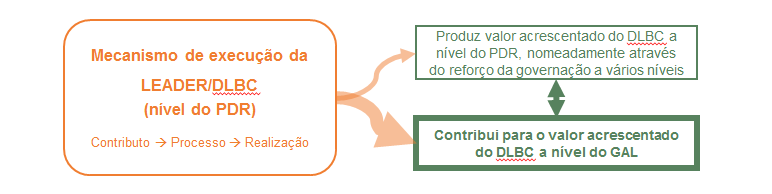
* Quais foram os critérios aplicados às parcerias, além dos requisitos da UE?
* Como foi concebido e organizado o processo de seleção de estratégias de DLBC (comunicação, critérios de elegibilidade, consideração específica da inovação, temas horizontais da UE ou questões nacionais)?
* Qual a função da AG no período de execução, nomeadamente na designação das prioridades temáticas e no processo de aprovação de projetos, e de que forma afetou os processos de tomada de decisões ao nível do GAL?
* Quais as medidas tomadas para assegurar a ligação em rede e a cooperação?
* Em que medida e de que forma apoiou a AG o desenvolvimento das capacidades dos GAL, em particular a aquisição de novas capacidades: 1) na fase de apresentação; 2) na fase de execução?

A maioria dos efeitos do mecanismo de execução da DLBC ao nível do PDR materializar‑se‑á ao nível local, permitindo uma apreciação da influência que o mecanismo de execução do PDR teve na aplicação do método LEADER ao nível local e nos resultados das operações dos GAL em geral. O que se considera um resultado ao nível do PDR ‑ regras, quadros, apoio prestado aos GAL, etc., que compõem o mecanismo de execução ‑ converte‑se numa contribuição ao nível do GAL.

A possibilidade de se produzirem outros efeitos dependerá da forma com os GAL utilizam essas contribuições (por exemplo, quando moldam o mecanismo de execução ao nível local e executam a estratégia de DLBC, cumprindo, simultaneamente, os requisitos do método LEADER). Tal significa que os efeitos suplementares do mecanismo de execução do programa são incorporados no valor acrescentado do método LEADER. Por conseguinte, para a exploração dos resultados, remete‑se para o quadro 3, no capítulo 2.4.2, em que se apresenta um exemplo de elementos de avaliação específicos do programa que visam a apreciação do valor acrescentado do DLBC.

Devem ser igualmente tidos em conta os efeitos recursivos na **governação a vários níveis ao nível do PDR**: quanto mais as interações entre os níveis do PDR e dos GAL – incluindo outros intervenientes, como RRN e organismos intermediários – estiverem sujeitas a uma reflexão e a processos de aprendizagem contínuos, mais se reforçarão as capacidades para gerir, com êxito, a complexidade da governação a vários níveis e de formas que estimulem a arte de tomar decisões sólidas, em condições de responsabilidade partilhada a todos os níveis. Estes eventuais efeitos no capital social entre as partes interessadas e a governação a vários níveis podem ser apreciados com recurso a indicadores de resultado ao nível do PDR.

Figura 12. Eventuais efeitos do mecanismo de execução do PDR em todos os níveis



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

Etapa 2: Identificar e selecionar métodos de avaliação

Os **métodos de avaliação** mais adequados para a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC são, principalmente, de natureza qualitativa. A forte dimensão socioeconómica refletida nos princípios do DLBC sugere que a abordagem de avaliação participativa pode ser muito adequada. **Uma avaliação participativa** do mecanismo de execução deve envolver as partes interessadas que podem prestar informações úteis sobre os efeitos da LEADER/DLBC e da aplicação dos princípios do DLBC (autoridades de gestão, organismos pagadores, RRN, GAL, entre outros).

Os métodos propostos para esta apreciação são, *inter alia*:

1. métodos de avaliação normalizados, tais entrevistas, inquéritos e estudo de casos;
2. métodos participativos, como *Most Significant Change Monitoring*, *Potential and Bottleneck Analysis*, *Plugging the leaks* e *Local multiplier 3*[[43]](#footnote-43);
3. métodos participativos inovadores, como o MAIPP, que é um método que se adequa à análise dos princípios do DLBC, em comparação com as medidas habituais do PDR;
4. métodos de análise de redes, como o *Social Network Analysis* ou o *Social Accounting*[[44]](#footnote-44).

Etapa 3: Recolha de dados e informações

As informações necessárias para a avaliação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC são determinadas pelos métodos específicos de avaliação utilizados para a sua apreciação. O avaliador também pode recolher informações adicionais através de métodos qualitativos, recorrendo a grupos de reflexão, entrevistas presenciais, etc.

Etapa 4: Analisar a informação

Os dados e as informações recolhidas das partes interessadas são analisados e interpretados para ajuizar da aplicação efetiva do método LEADER em cada PDR. Os resultados podem ser utilizados nas respostas às questões de avaliação específicas do programa relacionadas com os princípios do DLBC.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | |  |  | | --- | --- | | **O que fazer**   * Considerar os princípios do DLBC parte integrante da execução da LEADER/DLBC * Utilizar sobretudo métodos qualitativos para responder à questão de avaliação * Consultar os documentos de orientação sobre um vasto conjunto de métodos participativos úteis | **O que não fazer**   * Isolar os princípios DLBC uns dos outros, não os considerando um todo coerente do método LEADER * Subestimar a utilidade dos métodos qualitativos para avaliar o método LEADER | |

* 1. Avaliação do valor acrescentado da LEADER/DLBC (recomendado)
     1. O que apreciar?

**O valor acrescentado da LEADER/DLBC** é definido como os benefícios que se obtêm da correta aplicação do método LEADER. Ao nível do PDR, mede‑se através da apreciação: a) da valorização do capital social entre as partes interessadas participantes; b) das alterações na governação do PDR em virtude da LEADER/DLBC; c) dos efeitos positivos do método LEADER nos resultados e nos impactos do PDR.

1. O **capital social** é um conceito multidimensional que abrange: «aspetos da organização social, como redes, normas e confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo». O capital social assenta em processos que são cruciais para o desenvolvimento das comunidades e o funcionamento de uma sociedade coesa e inclusiva.

A **apreciação do capital social** enquanto valor acrescentado do método LEADER ao nível do PDR tem com conta os processos, as capacidades e as relações sociais entre todas as partes interessadas envolvidas. Por exemplo, a aplicação correta do método LEADER pode:

* reforçar o **apoio e a confiança mútuos** entre as AG, os OP, as RRN, os GAL e os seus beneficiários, e aumentar a participação de todas as partes interessadas na conceção e na execução de uma abordagem ascendente;
* contribuir para parcerias genuínas entre as partes interessadas a todos os níveis, para **normas e valores partilhados**, e para a promoção de uma comunicação eficaz e eficiente;
* permitir a **melhoria de conhecimentos, competências e informação**, através de uma ligação em rede e de uma cooperação bem estabelecidas entre as partes interessadas participantes, sendo estas condições necessárias para a execução da LEADER/DLBC e a consecução dos objetivos.

1. A **governação a vários níveis** é um conceito importante para a aplicação das políticas da UE[[45]](#footnote-45). Caracteriza‑se por interações frequentes e complexas entre os vários intervenientes governamentais e não estatais que são mobilizados no processo de elaboração da política de coesão e das políticas da UE em geral.

A **governação a vários níveis no contexto da LEADER/DLBC** pode ser entendida como as interações horizontais e verticais entre as partes interessadas governamentais e não-governamentais envolvidas na execução da LEADER/DLBC aos níveis local, regional, nacional e da UE. Estas interações podem assumir a forma de cooperação operacionalizada e institucionalizada quando a LEADER/DLBC é concebida e executada pelo método LEADER.

A **avaliação da governação a vários níveis**, enquanto valor acrescentado da LEADER/DLBC, deve, por exemplo, ter em conta o seguinte:

* **o reforço da gestão partilhada da LEADER/DLBC**:
* entre os diferentes níveis (verticalmente); por exemplo, entre AG, GAL e RRN, para facilitar uma participação mais ampla do setor público e das ONG/da sociedade civil, enquanto parceiros iguais;
* ao mesmo nível (horizontalmente); por exemplo, entre a AG e o OP, para facilitar a regular execução da LEADER/DLBC; entre AG de outros programas operacionais, a fim de melhorar a colaboração e a governação entre os vários FEEI, para se alcançarem os objetivos do DLBC no âmbito do acordo de parceria (por exemplo, utilização partilhada de uma base de dados de operações) e, entre os GAL, para facilitar a transferência de competências e conhecimentos;
* **práticas de governação inovadoras** no âmbito da LEADER/DLBC (por exemplo, grupos de trabalho público‑privados participativos para o desenvolvimento de orientações nacionais/regionais, com vista à conceção da LEADER/DLBC).

1. **Melhores resultados e impactos do PDR:** A LEADER/DLBC representa uma forma diferente de aplicação do FEADER: recorre ao método LEADER para satisfazer as necessidades locais e contribuir para os objetivos da política de desenvolvimento rural ao nível nacional, regional ou da UE. As estratégias de DLBC são elaboradas pelos GAL, o que permite intervenções mais adequadas. Foi confiado aos GAL o poder de decidirem da finalidade, do local e dos beneficiários, assim como do modo de utilização dos fundos para dar resposta às necessidades locais e cumprir os objetivos pertinentes.

Com a aplicação do método LEADER, gerar‑se‑á igualmente valor acrescentado com a **melhoria dos resultados e impactos do PDR**.Para avaliar este aspeto, é necessário considerar o seguinte:

* É possível aumentar os contributos para a consecução dos objetivos da política de desenvolvimento rural adotando uma abordagem mais eficaz e mais bem integrada para responder às necessidades das zonas rurais.
* A aplicação correta da abordagem ascendente pode gerar **empregos mais sustentáveis**, que sejam mais adequados às necessidades locais, proporcionem melhores oportunidades de rendimento para a população local e ajudem a travar o despovoamento das zonas rurais.
* A aplicação correta do princípio da inovação pode ajudar a criar **produtos mais inovadores**, com os quais poderá ser possível alcançar os nichos de mercado situados dentro e fora do território abrangido pelo DLBC.

A apreciação do valor acrescentado da LEADER/DLBC ainda não é obrigatória, mas é muito útil. Ajuda a perceber o que o FEADER, se aplicado segundo o método LEADER, produz além dos efeitos gerados pela aplicação regular de medidas de desenvolvimento rural.

* + 1. Etapa por etapa: como medir o valor acrescentado da LEADER/DLBC



Etapa 1: Verificar os objetivos específicos relativos ao valor acrescentado da LEADER/CLLD na lógica de intervenção e desenvolver elementos de avaliação específicos do programa

**Não existem elementos comuns de avaliação para avaliar o valor acrescentado da LEADER/DLBC.** Por conseguinte, os Estados‑Membros devem elaborar elementos para esse efeito. Embora seja algo que, idealmente, se deva fazer no início do período de programação, é igualmente possível fazê‑lo posteriormente, quando os avaliadores do PDR formulam os respetivos elementos de avaliação, que podem ser objeto de consulta com as partes interessadas. As **questões de avaliação específicas do programa** devem abranger as seguintes dimensões:

**Exemplos de elementos de avaliação específicos do programa para a apreciação do valor acrescentado da LEADER/DLBC**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Questão de avaliação** | **Critérios de apreciação** | **Indicadores de resultado (quantitativos e qualitativos)** |
| Em que medida contribuiu a LEADER/DLBC para gerar valor acrescentado ao nível do PDR? | A execução da LEADER/DLBC contribuiu para a valorização do capital social | * Aumento do apoio e da confiança mútuos entre a AG, o OP, a RRN e os GAL (normas e valores partilhados) * Maior participação de todas as partes interessadas na conceção e na execução da LEADER/DLBC * Aumento da eficácia e da eficiência das comunicações entre as partes interessadas * Reforço de capacidades (conhecimento, competências e informação) das partes interessadas que participam na execução da LEADER/DLBC (por exemplo, planeamento estratégico, acompanhamento e avaliação). |
|  | A execução da LEADER/DLBC contribuiu para a instauração de um sistema eficaz de governação a vários níveis | * Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação * Melhor coordenação entre os diferentes níveis de governação * Melhoria da qualidade das interações entre as instituições competentes * Melhoria da qualidade das interações entre as partes interessadas dos setores público e não público |
|  | Os resultados do PDR melhoraram devido à aplicação do método LEADER | * Aumento das capacidades das partes interessadas que participam na LEADER/DLBC * Melhoria dos resultados do PDR (mesmos indicadores de resultado que os da avaliação do PDR, utilizados para medir os efeitos das operações executadas através da Medida 19, em comparação com os efeitos das operações executadas através de outras medidas) *Nota: considerar apenas DI com efeitos secundários decorrentes da Medida 19.* |

1. valorização do capital social gerado entre as partes interessadas participantes;
2. governação a vários níveis da LEADER/DLBC;
3. melhoria dos resultados e dos impactos do PDR, devido à aplicação do método LEADER.

**Antes de formular os elementos de avaliação específicos do programa, é importante definir o valor acrescentado previsto** ao nível do PDR nas três dimensões. Isto prende‑se com a formulação dos objetivos a alcançar através do valor acrescentado da LEADER/DLBC e com a definição dos tópicos de avaliação e dos respetivos elementos de avaliação específicos do programa.

Etapas 2 e 3: Identificar e selecionar os métodos/as abordagens de avaliação, recolher dados e informações

Após a definição dos elementos de avaliação supramencionados (questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores), é importante determinar os dados e informações que é necessário recolher. No que toca a muitos dos indicadores propostos, os dados podem ser recolhidos mediante o acompanhamento das atividades organizadas pelas AG, as RRN e outros (por exemplo, grupos de trabalho, seminários, oficinas, etc.). Neste contexto, os inquéritos, as entrevistas e os grupos de reflexão com as partes interessadas que participam na LEADER/DLBC são igualmente fontes importantes para os indicadores qualitativos e quantitativos (sobretudo para os indicadores de resultado referidos no quadro anterior). A seleção de dados e as técnicas de recolha de informações dependerão dos métodos de avaliação utilizados. Para a apreciação do valor acrescentado da LEADER/DLBC, os avaliadores podem ter de aplicar, primeiramente, métodos qualitativos.

À apreciação do valor acrescentado da LEADER/DLBC, poderão aplicar‑se os métodos propostos para a avaliação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC (ver capítulo 2.3.2). Consultar outros documentos de orientação[[46]](#footnote-46) para um panorama e uma breve descrição de métodos qualitativos pertinentes.

Etapa 4: Analisar as informações e responder às questões de avaliação

Os dados e as informações recolhidos de vários tipos de partes interessadas da LEADER/DLBC devem ser analisados e interpretados para ajuizar da dimensão e do âmbito do valor acrescentado gerado. Por exemplo, a análise deve procurar demonstrar:

* se as ligações e as capacidades (conhecimento e competências) entre as partes interessadas da LEADER/DLBC a vários níveis da governação se reforçaram;
* se aumentaram as interações horizontais e verticais entre as partes interessadas participantes na execução da LEADER/DLBC (por exemplo, se os GAL contribuíram para moldar a medida LEADER/DLBC no PDR); ‑
* se a aplicação do método LEADER no mecanismo de execução melhorou os resultados do PDR (se os objetivos dos DI da política rural e do PDR foram alcançados eficazmente).

Os elementos de prova recolhidos são utilizados para responder às questões de avaliação específicas do programa. Em última análise, os resultados ajudarão a conceber e a executar a LEADER/DLBC mais eficaz e mais eficientemente.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | |  |  | | --- | --- | | **O que fazer**   * Entender o valor acrescentado como parte integrante da LEADER/DLBC * Considerar que o aperfeiçoamento da governação a vários níveis, a valorização do capital social e a melhoria dos resultados e impactos do PDR constituem as três dimensões do valor acrescentado da LEADER/DLBC * Utilizar métodos participativos e proceder à sua triangulação | **O que não fazer**   * Entender, erradamente, o valor acrescentado como uma componente isolada da LEADER/DLBC * Considerar que o valor acrescentado é um efeito indireto da LEADER/DLBC | |

* 2. Apresentação de relatórios sobre a avaliação da LEADER/DLBC ao nível do PDR

Ao nível do PDR, os resultados da avaliação da LEADER/DLBC são comunicados juntamente com os resultados da avaliação do PDR nos RAE e no relatório de avaliação *ex post*. Facultativamente, pode ser elaborado separadamente um relatório de avaliação (por exemplo, caso seja realizada uma avaliação autónoma da LEADER/DLBC). Os resultados da avaliação podem ser divulgados em vários formatos, consoante as partes interessadas a que se destinem.

Comunicar informações no modelo do SFC para o RAE

*Respostas às QAC nos RAE a apresentar em 2017 e 2019*

A LEADER/DLBC é normalmente programada no âmbito do DI 6B, mas também contribui para outros DI, em consonância com a lógica de intervenção da LEADER/CLLD. Consequentemente, e em princípio, os resultados referentes aos contributos da LEADER/DLBC podem ser comunicados em todas as QAC relacionadas com os DI, no capítulo 7 do modelo do SFC relativo aos RAE a apresentar em 2017 e 2019. As QAC relacionadas com DI são aquelas para as quais as operações executadas segundo estratégias de DLBC revelaram contributos primários ou secundários (ver capítulo 2.3.1).

Os contributos da LEADER/DLBC são igualmente comunicados no modelo do SFC de um dos seguintes modos:

* Quantificados como uma quota dos valores atingidos nos indicadores comuns de resultado/objetivo e em indicadores adicionais, caso os Estados‑Membros os tenham utilizado para responder às QAC[[47]](#footnote-47);
* Apreciados qualitativamente, por métodos teóricos ou qualitativos[[48]](#footnote-48).

Os **contributos primários** da LEADER/DLBC, programada por defeito no âmbito do DI 6B, serão comunicados nos RAE a apresentar em 2017 e 2019, sobretudo através da QAC 17 (ver capítulo 2.3.1).

Os **contributos secundários** devem ser comunicados em todas as respostas às QAC relacionadas com os DI para os quais LEADER/DLBC tenha contribuído. No caso das QAC 4, 11, 12, 13 e 14[[49]](#footnote-49), os contributos secundários devem igualmente ser indicados como uma quota dos valores brutos calculados dos indicadores comuns e adicionais utilizados para responder à respetiva QAC.

Quadro 4. Panorama da elaboração de relatórios sobre a LEADER/DLBC, das responsabilidades associadas e dos grupos‑alvo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Formato do relatório** | **Responsável** | **Destinatários** |
| Resultados da avaliação da LEADER/DLBC enquanto parte integrante do RAE apresentado através do modelo do SFC | AG | Comissão Europeia |
| Resultados da avaliação da LEADER/DLBC enquanto parte integrante do relatório de avaliação *ex post* do PDR | Avaliadores | AG, CA, Comissão Europeia |
| Relatório sobre a avaliação autónoma da LEADER/DLBC | Avaliadores | AG, CA, Comissão Europeia |
| Sínteses dos resultados da avaliação da LEADER/DLBC | AG e avaliadores | Vários grupos de partes interessadas da LEADER/DLBC, CA, associações de GAL, beneficiários, RRN, etc. |
| Sínteses breves dos resultados da avaliação da LEADER/DLBC centrada nos principais problemas | AG | Público em geral |

Além das QAC relacionadas com os DI, os contributos da LEADER/DLBC serão considerados nas respostas a outro tipo de QAC, como:

* QAC 19, sobre as sinergias do programa, no capítulo 7 do RAE apresentado em 2017;
* QAC 29, sobre os contributos do programa para o objetivo da PAC de consecução de um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, nomeadamente a criação e a manutenção de emprego, no capítulo 7 do RAE a apresentar em 2019;
* Outras QAC relacionadas com objetivos ao nível da UE, se aplicáveis, no capítulo 7 do RAE a apresentar em 2019.

*Respostas a questões de avaliação específicas do programa nos RAE a apresentar em 2017 e 2019*

As AG podem ter incluído, no plano de avaliação, um tópico de avaliação específico relacionado com a LEADER/DLBC (por exemplo, apreciação do método LEADER, ou um ou mais princípios do DLBC), acompanhado de questões de avaliação específicas do programa. As questões de avaliação específicas do programa também podem ser elaboradas posteriormente pelo avaliador e de acordo com a AG. Em ambos os casos, as AG serão convidadas a informar sobre os resultados de avaliação conexos num quadro específico (respostas a questões de avaliação específicas do programa) no capítulo 7 dos RAE a apresentar em 2017 e 2019.

*Comunicação de informações no RAE normalizado*

Os Estados‑Membros devem informar sobre todas atividades de avaliação relacionadas com a LEADER/DLBC, sobre as avaliações concluídas e sobre as atividades de comunicação no RAE normalizado – capítulo 2. Se a AG tiver decidido realizar uma avaliação autónoma da LEADER/DLBC (centrada no conjunto da LEADER/DLBC ou num aspeto concreto) e a tiver sido incluído no plano de avaliação do PDR, serão pedidas à AG informações sobre essa avaliação no capítulo 2 do RAE normalizado relativo ao ano em que a avaliação se realizou.

Comunicar informações na avaliação *ex post* do PDR

Por altura da conclusão do programa, o mais tardar em 2024, a avaliação da LEADER/DLBC no âmbito da avaliação *ex post* do PDR deve demonstrar os seus contributos para os objetivos, resultados e impactos do PDR, bem como as suas eficácia e eficiência. À semelhança dos RAE apresentados em 2017 e 2019, a avaliação *ex post* deve igualmente dar respostas atualizadas às QAC. Estas respostas atualizadas devem refletir todas as intervenções concluídas e os contributos da LEADER/DLBC. Ademais, devem ser quantificados os contributos das operações da LEADER/DLBC para os valores dos indicadores.

Relatório sobre a avaliação autónoma da LEADER/DLBC

Nos casos em que a AG tenha incluído no plano de avaliação, além das atividades de avaliação obrigatórias relacionadas com a UE, uma avaliação autónoma da LEADER/DLBC, é razoável esperar‑se dos avaliadores a apresentação de um relatório completo da avaliação à AG. O relatório deverá incluir resultados, conclusões e recomendações para os decisores políticos e outras partes interessadas, com vista a melhorar a conceção e a execução da LEADER/DLBC nas zonas em causa.

Outros formatos de comunicação de informações

A AG deve divulgar os resultados da avaliação num formato de utilização mais fácil do que os formatos utilizados na comunicação oficial de informações da UE. Enquanto estes últimos visam aumentar a eficiência da agregação e do tratamento das informações, os formatos utilizados pelas AG podem ser adaptados a destinatários específicos e tornados mais apelativos e de fácil leitura. Podem assumir, por exemplo, a forma de uma breve síntese dos resultados, das conclusões e das recomendações da avaliação para o público em geral, ou versões resumidas das respostas às questões de avaliação, para vários públicos. Podem ser utilizadas sínteses específicas para informar o Comité de Acompanhamento ou várias associações de partes interessadas.

* 1. Divulgação e seguimento da avaliação da LEADER/DLBC ao nível da PDR

Divulgação dos resultados da avaliação da LEADER/DLBC

O valor da avaliação depende da divulgação, do seguimento dado e da utilização dos seus resultados. A **comunicação e a divulgação dos resultados da avaliação** desempenham uma função determinante:

* no aumento do nível de apropriação;
* na fluência da circulação de conhecimentos sobre os contributos da LEADER/DLBC para os objetivos do PDR;
* no reconhecimento da importância do método LEADER para gerar valor acrescentado;
* na garantia da responsabilização e da utilização dos resultados da avaliação no PDR.

O sistema de comunicação[[50]](#footnote-50) e de divulgação[[51]](#footnote-51) da LEADER/DLBC está integrado no sistema do PDR, mais abrangente. É importante precisar os resultados da avaliação que devem ser transmitidos às diversas partes interessadas da LEADER/DLBC. Os principais formatos e canais de informação são determinados pela AG, que pode trabalhar conjuntamente com a RRN. Os relatórios sobre a avaliação devem ser disponibilizadas a todos os intervenientes e ao público em geral (por exemplo, através do sítio da AG/do PDR na Internet). Os resultados da avaliação só podem ser utilizados se comunicados aos destinatários atempada e eficazmente.

Uma estratégia de comunicação e divulgação eficaz deve:

* recorrer aos meios de comunicação social e às novas tecnologias para divulgar os resultados da LEADER/DLBC;
* realizar reuniões e oficinas para incentivar os debates e, por essas vias, contribuir para um melhor entendimento e uma interpretação mais correta dos resultados e das recomendações da avaliação;
* combinar abordagens que incluam comunicação verbal e escrita, formal e informal.

Seguimento dos resultados das avaliações

A avaliação é uma ferramenta de gestão estratégica. Se utilizados de forma eficaz, os resultados das avaliações conduzem ao aperfeiçoamento da conceção e da execução da LEADER/DLBC, promovem uma cultura de aprendizagem organizacional e aumentam a responsabilização pelos resultados.

A AG é responsável pela qualidade das avaliações. As avaliações de elevada qualidade têm maiores probabilidades de contribuir para uma melhor elaboração e uma maior eficácia das políticas.

Os mecanismos para dar seguimento às recomendações da avaliação da LEADER/DLBC são os utilizados para o PDR, pelo que estão descritos nas [«Guidelines on “Assessment of RDP results: How to prepare for reporting on evaluation in 2017”».](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en)

2. Avaliação da LEADER/DLBC ao nível do GAL
   1. O que avaliar ao nível local e como?

O que avaliar ao nível local?

Conforme referido na parte I das orientações, há elementos obrigatórios e elementos recomendados para a realização das atividades de avaliação da LEADER/DLBC ao nível local (ver capítulo 1.2.2.). Para uma avaliação e uma autoavaliação abrangentes e sólidas, as orientações facultam informações sobre as **práticas** que se consideram fortemente recomendadas.

**A presentes orientações centram‑se nas estratégias de DLBC financiadas exclusivamente pelo FEADER, ou seja, os GAL monofinanciados pelo FEADER («monofundo»).**

Além da **apreciação obrigatória da estratégia de DLBC**, as orientações recomendam uma apreciação ao nível local do seguinte (ver capítulo 1.2.2):

1. Animação do GAL;
2. Capacidade do mecanismo de execução da LEADER/DLBC para assegurar a aplicação do método LEADER;
3. Valor acrescentado da LEADER/DLBC.

Embora estas componentes sejam úteis para se distinguirem de um ponto de vista analítico (ver capítulo 1.2.3), não se podem separar facilmente uma da outra. Na figura 15, ilustramos a inter‑relação entre a aplicação do método LEADER, com especial ênfase

* no mecanismo de execução, tanto ao nível do PDR como dos GAL, e
* as atividades do GAL:
* da perspetiva mais ampla da animação do território e
* da perspetiva mais restrita da execução da estratégia de DLBC.

Todos estes aspetos conjugados deverão gerar o valor acrescentado da LEADER, que se manifesta na valorização do capital social, no reforço da governação local e na melhoria dos resultados dos projetos.

Ao nível de impacto, esta dinâmica deverá contribuir para alterações estruturais na zona em causa, diferentes daquelas que se teriam logrado sem a aplicação do método LEADER. Estas alterações devem:

* dar melhor resposta às necessidades de grupos específicos da população e do território no seu conjunto;
* ser mais inovadoras, em comparação com as experiências anteriores, na mesma zona ou em zonas semelhantes;
* ser mais sensíveis aos aspetos globais do desenvolvimento local (respeitantes, por exemplo, às alterações climáticas, à produtividade dos recursos, a padrões de produção respeitadores do ambiente, à demografia, à migração e à coesão social);
* ser mais sustentáveis (em vez de superficiais e efémeras, desaparecendo assim que cessam os apoios);
* induzir mais alterações na direção pretendida: na figura 15, as setas de duas pontas indicam esta dinâmica autossustentada.

A valorização do capital social pode ser entendida não só como um efeito determinante para a aplicação da abordagem LEADER, mas também como um catalisador de alterações nas competências empresariais, na utilização e valorização dos recursos locais (naturais, culturais e históricos) e nas capacidades administrativas das autoridades locais (por exemplo, municípios; cooperação intercomunitária, etc.); alterações nas capacidades institucionais (para atrair, gerar e manter os conhecimentos na zona em causa; para defender os interesses dos grupos desfavorecidos; para promover formas de cooperação e de ligação em rede; para governar e gerir os bens públicos, como, por exemplo, a natureza e o ambiente, a paisagem, a água, o património cultural e os espaços públicos de cidades e aldeias).

O capital social integra‑se na capacidade coletiva dos principais intervenientes para criar e desenvolver novas ideias e soluções, bem como em redes formais e informais que permitam, por exemplo, o intercâmbio de experiências entre diversos contextos e tipos de zona, etc.

**O valor acrescentado da LEADER/DLBC** ao nível local produz‑se através de vários **tipos de atividade dos GAL**, realizadas pelo método LEADER. Entre os vários tipos de atividade dos GAL incluem‑se, no mínimo[[52]](#footnote-52):

* **A** **preparação, a seleção de projetos e a execução da estratégia de DLBC** são as atividades mais proeminentes dos GAL. Dizem respeito à comunicação e à prestação de apoio para a geração, a conceção, a execução e o acompanhamento de projetos, bem como para projetos de cooperação.
* A **animação do território dos GAL** pode incluir vários tipos de iniciativa, que podem:
* estar ligadas à execução da estratégia de DLBC[[53]](#footnote-53) e centrar‑se na capacitação dos intervenientes locais e na sua disponibilidade para enfrentar os desafios através da execução de projetos apoiados pela estratégia LEADER/DLBC (por exemplo, investimentos integrados, que aumentem as vantagens competitivas de determinado território; adequação dos investimentos em serviços e infraestruturas locais);
* não estar diretamente ligadas à estratégia de DLBC ou a um projeto específico, centrando‑se no território e na população [por exemplo, promover o intercâmbio entre as partes interessadas, nos termos do quadro legal, e aumentar a sensibilização para o património local (cultural e natural).

Figura 13. Relações entre o mecanismo de execução, as atividades dos GAL e o valor acrescentado



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

O **mecanismo de execução da LEADER/DLBC** é a espinha dorsal institucional, começando no nível europeu e terminando no nível local. Em consonância com as disposições do Regulamento FEADER, em particular sobre a Medida 19, o mecanismo é estabelecido principalmente pelas AG responsáveis pelos PDR nacionais e regionais. Os GAL podem adaptar este quadro preestabelecido e definir as suas próprias regras e procedimentos (critérios de seleção de projetos, perfis dos beneficiários visados, etc.), tendo em vista a execução das suas operações e a satisfação das necessidades do território (ver capítulo 2.3.1).

O método LEADER (ver capítulo 1.1.1.) deve ser aplicado antes mesmo do início de qualquer intervenção na zona em causa: ao moldar o GAL, ao elaborar a estratégia de DLBC, mas, sobretudo, ao preestabelecer o quadro do mecanismo de execução do PDR/M19, no interior do qual o GAL concebe o seu próprio sistema de execução da estratégia local de DLBC. O GAL pode alterar as próprias regras e procedimentos durante o período de execução.

A apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC permite detetar as lacunas e os desafios relacionados com as regras e os procedimentos concebidos ao nível dos PDR e dos GAL, facilitando, deste modo, a salvaguarda do método LEADER.

Todos os tipos de atividade dos GAL supramencionados são realizados com contribuições (por exemplo, dos FEEI). Produzem resultados tangíveis (por exemplo, número de atividades, tecnologias, edifícios e outros ativos, pessoal com formação), resultados tangíveis e intangíveis (por exemplo, postos de trabalho, novas empresas, produtos, serviços, novas competências e conhecimentos), e têm impactos tangíveis e intangíveis (por exemplo, melhores rendimentos, melhores estruturas de emprego, melhores infraestruturas e melhor capital social).

Embora todas as realizações, resultados e impactos supramencionados também se possam produzir, em princípio, através das medidas convencionais do PDR, espera‑se que as estratégias executadas de acordo com a LEADER gerem valor acrescentado. O valor acrescentado produzido ao nível local assume a forma de **capital social valorizado, governação local aperfeiçoada e resultados melhorados**.

A apreciação do valor acrescentado revela os benefícios adicionais (capital social valorizado, governação local aperfeiçoada e resultados melhorados) que foram produzidos devido à correta aplicação do método LEADER na realização das atividades dos GAL.

**Como se pode observar o valor acrescentado?**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Espera-se que a aplicação dos princípios do DLBC valorize o capital social e aperfeiçoe a governação local na zona do GAL, desencadeando alterações de comportamento dos intervenientes locais e/ou da população em geral. As **alterações de comportamento** podem estar relacionadas com: i) modelos mentais e opiniões (motivação e autoestima) necessários para a adoção de determinado comportamento; ii) competências e capacidades de intervenientes individuais e coletivos (confiança, reciprocidade, cooperação e redes); iii) novas oportunidades [a saber, acesso a recursos e a apoio social (competências, conhecimentos e aconselhamento)]. | | |
|  | | Existem meios para avaliar o tipo e a direção das alterações de comportamento. Determinado comportamento pode: i) intensificar-se; ii) regredir; iii) realçar-se; iv) melhorar; v) manter-se, não obstante as pressões negativas. |
| **O aperfeiçoamento da governação local** pode manifestar-se: i) pela disponibilidade para alargar os processos de tomada de decisões, mediante a inclusão de grupos mais amplos das comunidades e de mais partes interessadas, respeitando o equilíbrio social, geográfico, institucional e de género; ii) pela competência e capacidade para aceitar uma liderança partilhada da zona em causa; iii) pela capacidade de gerir os fundos das várias fontes, públicas e privadas; iv) pelo aumento da capacidade para criar parcerias e da gestão cooperativa, um papel ativo no moldar de uma governação a vários níveis, etc.  As alterações desejadas no **capital social** e na governação local já devem estar articuladas na preparação das atividades dos GAL (por exemplo, descritas na lógica de intervenção da estratégia de DLBC ou na fundamentação dos projetos de cooperação e das várias atividades de animação). | |  |
| Se as atividades dos GAL não apresentem as alterações previstas no capital social e na sua lógica de intervenção, a equipa de avaliação ou autoavaliação pode: i) tentar explicitá-las (ou seja, a partir das ações empreendidas pelo GAL); ii) tentar formular observações, utilizando os vários métodos de apreciação. | | |
|  | Por último, o valor acrescentado do método LEADER deve assumir a forma de **resultados melhorados** (a saber, o tipo e a qualidade dos projetos realizados devem fazer a diferença em relação aos que são ou seriam, teoricamente, realizados no âmbito de outros programas/medidas). | |
| Estas diferenças podem manifestar-se através do surgimento de novos promotores de projetos, de diferentes tipos de projeto que emirjam em resultado de um limiar mais baixo para obtenção de financiamento e de projetos que beneficiem de um apoio mais forte e mais duradouro da população local, por responderem mais eficazmente às suas necessidades e se integrarem nas estruturas locais, tornando mais sustentáveis os projetos e os efeitos adicionais que possam produzir. Este tipo de análise comparativa não é fácil de efetuar num contexto em que cada projeto é único; porém, se a questão for suscitada num meio discursivo (por exemplo, grupo de reflexão), o avaliador obterá respostas fiáveis, porque, normalmente, os intervenientes locais conhecem a diferença que o método LEADER introduz, se a comparação se fizer com outras (ou anteriores) intervenções de apoio. | | |

Como avaliar ao nível local?

**O processo de avaliação ao nível do GAL** **é geralmente análogo ao processo ao nível do PDR** (ver capítulo 2.1)**.** Na realização das suas atividades de avaliação, os GAL devem analisar algumas questões essenciais selecionadas, como se refere nos capítulos que seguem.

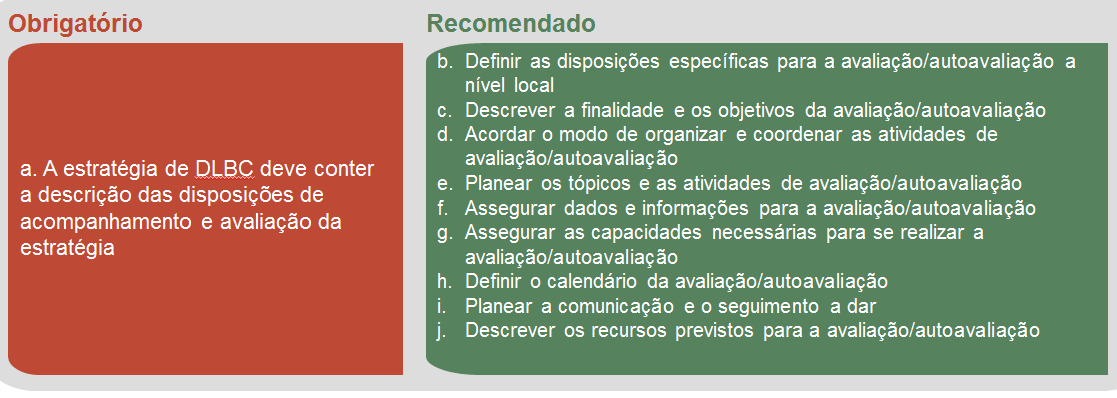
No período 2014‑2020, aplicam‑se novos requisitos legais às atividades de acompanhamento e de avaliação ao nível do GAL. Por conseguinte, as partes interessadas locais podem necessitar de apoio específico para executarem as suas tarefas. O principal interveniente responsável pelo apoio aos GAL nas atividades de acompanhamento e avaliação é a AG, que pode delegar parcialmente esta função noutras partes interessadas, como a RRN, o organismo pagador ou outros organismos públicos. No final dos capítulos 3.2 a 3.5, encontram‑se resumidos, em caixas de texto, alguns exemplos de atividades de apoio aos GAL.

Figura 14. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação



*Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.*

* 1. ETAPA 1: Planeamento das atividades de avaliação ao nível do GAL



a. Apresentar uma descrição das disposições de acompanhamento e de avaliação (obrigatório)

Por força do quadro legal, é obrigatório que todos os GAL apresentem uma **descrição das disposições de acompanhamento e de avaliação** da estratégia de DLBC. A descrição deve especificar, de preferência, o tipo de atividades de avaliação que o GAL escolherá para a apreciação da estratégia de DLBC. Além disso, deve conter informações pormenorizadas sobre a finalidade das atividades de apreciação, os mecanismos de coordenação específicos e as responsabilidades dos intervenientes. Podem ser descritos tópicos e atividades específicos da avaliação. Devem incluir‑se as disposições que asseguram a disponibilidade dos dados necessários no momento certo. Um calendário do processo de avaliação/autoavaliação pode ajudar a coordenar todas as atividades. Podem ser igualmente úteis mecanismos de reforço das capacidades, de seguimento e de comunicação dos resultados da avaliação.

Recomenda‑se que as disposições sobre o acompanhamento e a avaliação sejam descritas sob a forma de **plano de avaliação**, no âmbito da estratégia de DLBC. As AG podem estabelecer requisitos mínimos para os conteúdos desse plano de avaliação, concebido ao nível do GAL. Nos títulos intercalares *infra* descrevem‑se conteúdos possíveis do plano de avaliação.

b. Decidir das disposições específicas para as atividades de avaliação ao nível local (recomendado)

**As atividades de avaliação** **ao nível local podem assumir a forma de avaliação ou autoavaliação** (ver também capítulo 1.2.2). Contudo, a escolha das atividades de avaliação e sua descrição deve cumprir os requisitos fixados pela AG.

c. Descrever a finalidade e os objetivos da avaliação/autoavaliação (recomendado)

É importante para os GAL que estes clarifiquem a **razão** pela qual realizam atividades de avaliação (finalidade). Os GAL podem pretender aumentar a transparência das suas atividades, bem como a sua responsabilidade pelas mesmas, demonstrar os seus resultados e progressos, ou estimular a aprendizagem com vista a uma melhor conceção e realização das suas atividades futuras.

d. Acordar no modo de organização e coordenação das atividades de avaliação/autoavaliação (recomendado)

Na **descrição das disposições de acompanhamento e avaliação**, os GAL incluirão informações pormenorizadas sobre o modo de organização e coordenação das atividades de acompanhamento e avaliação. A **estrutura de governação** do GAL pode, por exemplo, incluir um gestor responsável pelo acompanhamento e avaliação, um comité de acompanhamento do GAL ou um grupo de trabalho para a autoavaliação do GAL.

A **coordenação entre a AG e os GAL** deve assegurar o estabelecimento de ligações com o acompanhamento e a avaliação do PDR (por exemplo, utilização de um sistema de informação partilhado com o PDR, para recolha de dados e informações destinados à realização de atividades de acompanhamento e avaliação ao nível local).

O GAL deve ainda assegurar‑se, ao nível local, de que as atividades de acompanhamento e avaliação são bem coordenadas. Além disso, se o GAL realizar uma avaliação e uma autoavaliação, ambas as atividades devem estar coordenadas (por exemplo, pela utilização do mesmo conjunto de questões de avaliação, indicadores e dados de monitorização, e pelo intercâmbio dos resultados a comunicar ao nível local) (ver capítulo 1.2.2).

e. Planear os tópicos e as atividades de avaliação/autoavaliação (recomendado)

Os tópicos de avaliação são a base da formulação das questões de avaliação específicas do GAL.

Os GAL podem indicar **tópicos específicos para as atividades de avaliação**:

* apreciação das realizações devidas à estratégia de DLBC [(resultados e impactos; sua eficácia e eficiência na consecução dos objetivos) a apreciação dos impactos ao nível do GAL é mais uma estimativa dos impactos do que uma medição!];
* apreciação do valor acrescentado pelo mecanismo de execução e pelas atividades de animação;
* apreciação de outros tópicos escolhidos pelos GAL (por exemplo, qualidade das parcerias locais, eficiência da gestão, projetos/iniciativas determinantes específicos, identidade local).

Um grupo de GAL pode igualmente desenvolver **tópicos comuns de avaliação/autoavaliação**. Esta alternativa é especialmente útil se vários GAL realizarem em conjunto projetos de cooperação ou estabelecerem ligações em rede sobre temas específicos.

As **atividades de acompanhamento e avaliação** podem ser descritas numa sequência de etapas ‑ preparação, estruturação e realização das atividades de avaliação, elaboração de relatórios, divulgação e seguimento dos resultados da avaliação. Os GAL devem descrever a forma de organização, execução e apoio destas atividades.

f. Assegurar dados e informações para a avaliação/autoavaliação (recomendado)

**As disposições de acompanhamento dos GAL** devem assegurar que estão disponíveis todos os dados e informações necessários para a realização das atividades de avaliação previstas. Isto inclui a concessão de acesso às bases de dados das operações do PDR e a recolha de informações qualitativas e quantitativas adicionais para os indicadores específicos do GAL.

Uma **base de dados integrada/partilhada** entre a AG e os GAL é considerada uma boa prática, que facilita a apreciação da estratégia de DLBC. Estabelece a ligação entre o acompanhamento da estratégia de DLBC e o acompanhamento e a avaliação ao nível do PDR. Um sistema de informação único permite uma maior simplificação das informações sobre as avaliações ao nível do PDR Ademais, é possível utilizar a mesma base de dados para a avaliação/autoavaliação ao nível do GAL, incorporando, simultaneamente, neste sistema, os dados recolhidos sobre os indicadores específicos do GAL. Recomenda-se que os GAL obtenham pleno acesso a uma base de dados integrada/partilhada e que possam utilizar esses dados.

g. Assegurar as capacidades necessárias para as atividades de avaliação ao nível local (recomendado)

Deve ser organizada e ministrada formação às **várias partes interessadas envolvidas nas atividades de avaliação da LEADER/DLBC** ao nível local (por exemplo, comité de acompanhamento, grupo diretor, gestores e membros do conselho do GAL).

h. Definir o calendário da avaliação/autoavaliação (recomendado)

**É essencial que os GAL calendarizem todas as etapas das atividades de acompanhamento e avaliação**, idealmente em consonância com os objetivos intermédios do acompanhamento e da avaliação do PDR. A AG pode igualmente propor que os GAL adaptem as suas atividades de avaliação da estratégia de DLBC ao calendário da apreciação dos resultados do PDR em 2017, da apreciação dos resultados e dos impactos do PDR em 2019 e da avaliação *ex post*. A AG pode ainda permitir a alteração da estratégia de DLBC com base nos resultados e nas recomendações das atividades de avaliação.

i. Planear a comunicação e o seguimento das atividades de avaliação (recomendado)

**Os resultados das atividades de avaliação devem ser partilhados** com o público‑alvo no território do GAL (membros do GAL e população) e fora deste (AG, RRN e outros GAL). Para o efeito, é possível elaborar um relatório em diferentes formatos, destinado a diferentes públicos‑alvo: Enquanto o relatório destinado à AG pode ser um documento mais exaustivo, a comunicação dos resultados aos membros do GAL e ao público em geral pode ter um formato mais acessível (por exemplo, apresentação, folheto, sítio *web* ou vídeos).

**É essencial apoiar o planeamento e a comunicação dos resultados da avaliação.** O plano de comunicação relativo às avaliações define habitualmente o público‑alvo das atividades de comunicação, o que comunicar e a quem em cada uma das fases (ver figura 17).

j. Descrever os recursos previstos para as atividades de avaliação (recomendado)

Os GAL devem financiar as atividades de acompanhamento e avaliação a partir da dotação para os seus custos operacionais[[54]](#footnote-54). Sabendo que os recursos serão limitados, é necessário planeá‑los muito criteriosamente.

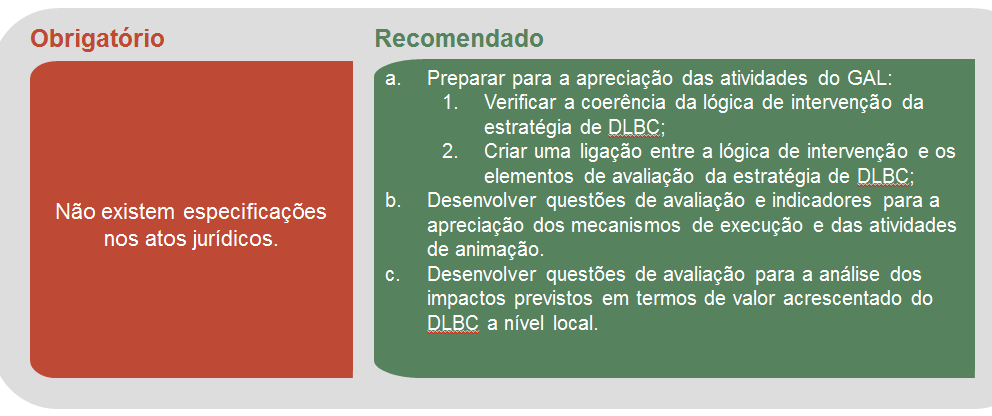
Figura 15. Planeamento das atividades de comunicação relativamente à avaliação



*Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2016.*



* 1. ETAPA 2: Preparação das atividades de avaliação ao nível do GAL



a. Preparar a apreciação das atividades do GAL (recomendado)

1. Verificar a coerência da lógica de intervenção da estratégia de DLBC  
   (Recomendado)

A execução da estratégia de DLBC é a atividade mais importante do GAL. Com esta estratégia, o GAL pretende fomentar a mudança no seu território, fazendo‑o pela sua população. As intervenções são adaptadas para responderem às necessidades mais importantes, e promovem a consecução de objetivos locais, e produzem resultados e impactos previstos, que contribuem para o valor acrescentado da LEADER/DLBC ao nível local. Por conseguinte, na apreciação da estratégia, é fundamental verificar o grau de consecução dos objetivos locais da estratégia (eficácia) e determinar os custos decorrentes dos resultados/impactos produzidos (eficiência).

O ponto de partida é **a verificação da coerência interna e externa da lógica de intervenção da estratégia de DLBC**. Em princípio, a lógica de intervenção está definida desde a conceção da estratégia de DLBC. A sua coerência e pertinência devem ser examinadas durante o processo de seleção dos GAL, sob a égide da AG do PDR. Todavia, uma vez que as alterações podem ocorrer na zona do GAL ou na elaboração de políticas, importa rever a lógica de intervenção. A verificação da coerência abrange os seguintes aspetos:

* Verificação da coerência da estratégia de DLBC com a análise SWOT atualizada do território do GAL (à data da avaliação/autoavaliação) e apreciação das suas necessidades (**pertinência**).Os objetivos da estratégia e os resultados e impactos previstos[[55]](#footnote-55) devem refletir as necessidades da zona do GAL.
* Verificação da **coerência** da estratégia de DLBC, nomeadamente se as atividades e os orçamentos previstos são suficientes para as realizações, os resultados e os impactos previstos. Existe a probabilidade de as atividades contribuírem para o cumprimento hierarquizado dos objetivos da estratégia (verificação da coerência interna)? Estão as atividades em consonância com os objetivos de desenvolvimento territorial estabelecidos ao nível nacional/regional (verificação da coerência externa)? Podem as realizações previstas produzir os resultados e os impactos previstos (coerência vertical)? Em que medida correspondem os efeitos emergentes aos objetivos estratégicos (coerência horizontal)?

Caso sejam detetadas incoerências, a lógica de intervenção deve ser revista do seguintes modo:

* Rever a hierarquia de objetivos, as realizações e os resultados previstos (por exemplo, ponderando alterações) no que concerne à sua adequação para responder às necessidades identificadas e potenciais.
* Ajustar, complementar e redefinir os objetivos, assim como as realizações e os resultados previstos, se a arquitetura revelar lacunas ou ambiguidades.
* Verificar a coerência vertical e horizontal da lógica de intervenção adaptada da estratégia de DLBC[[56]](#footnote-56) para as respostas às necessidades da zona do GAL e para o cumprimento dos objetivos mais gerais ao nível regional, nacional e da UE.

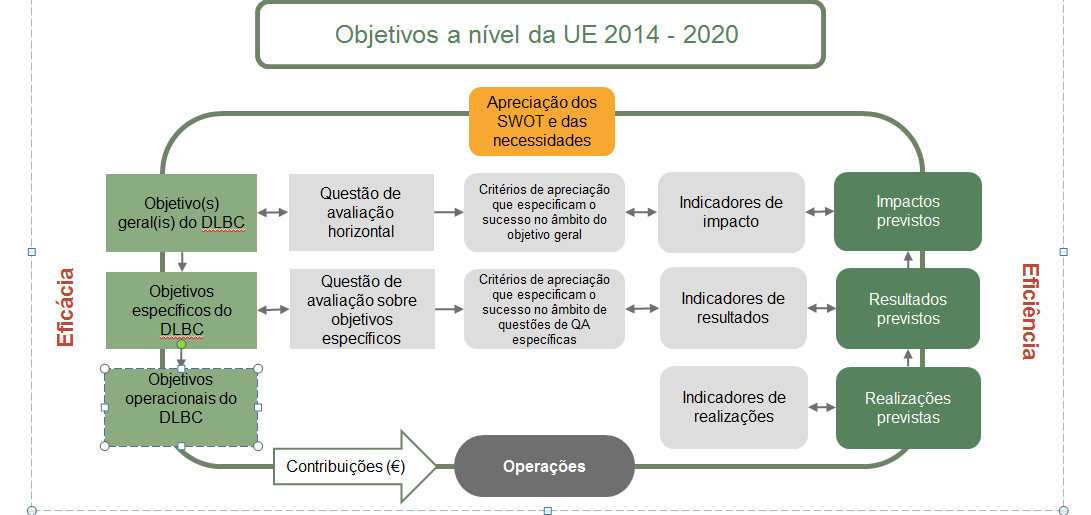
1. Estabelecer uma ligação entre a lógica de intervenção e os elementos de avaliação da estratégia de DLBC  
   (Recomendado)

A avaliação/autoavaliação da estratégia de DLBC é realizada com a ajuda de questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores.Habitualmente, estes elementos de avaliação são desenvolvidos pelos GAL[[57]](#footnote-57).

Com as **questões de avaliação**, pretende‑se saber em que medida foram cumpridos os objetivos da estratégia. Os **critérios de apreciação** indicam o grau de êxito na prossecução destes objetivos. Os **indicadores** são utilizados na recolha de dados para responder às questões de avaliação.

Os elementos de avaliação devem ser coerentes com os objetivos e os efeitos esperados, definidos na lógica de intervenção da estratégia. Por exemplo, se o objetivo for «estimular a emergência de novas microempresas e aumentar a competitividade das que já existem no setor alimentar, apoiando a diversificação e a produção de valor acrescentado», os elementos de avaliação podem ser os indicados na ferramenta *infra*.

Figura 16. Verificação da coerência entre a lógica de intervenção da estratégia de DLBC e os elementos de avaliação



*Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.*

Se o objetivo for «reforçar o empreendedorismo e gerar atividade empresarial com base na valorização dos recursos e da comercialização», o êxito expresso pelos critérios de apreciação será: **«**mais novas empresasfinalizam produtos locais e maior quota de produtos locais no mercado». Os indicadores utilizados para recolher estes dados devem ser o número de empresas, o número de novos produtos finais locais e a quota de produtos locais no mercado.

**Exemplos de elementos de avaliação para a apreciação da estratégia de DLBC   
(componente obrigatória)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Questões de avaliação** | **Critérios de apreciação** | **Indicadores** | |
| **Indicadores de realização** | **Indicadores de resultado** |
| «Em que medida foi a estratégia de DLBC capaz de estimular a emergência de novas microempresas e aumentar a competitividade das já existentes?» | * Foram criadas pequenas empresas * As pequenas empresas diversificaram a sua atividade económica * Aumentou a variedade de produtos/ofertas das pequenas empresas * Foram desenvolvidas pequenas empresas * Aumentou a diversidade de clientes | * Número de pequenas empresas apoiadas * Número de novos produtos/ofertas desenvolvidos pelas pequenas empresas apoiadas * Investimento total dos projetos apoiados | * Postos de trabalho criados com os projetos apoiados * Valor acrescentado bruto nas pequenas empresas apoiadas * Aumento do número e da variedade de tipos de cliente |

**O GAL deve verificar a coerência** entre a lógica de intervenção da estratégia de DLBC, e as questões de avaliação e os indicadores antes do início da avaliação. Existe coerência se os objetivos da estratégia de DLBC estiverem abrangidos pelas questões de avaliação horizontais e específicas. Idealmente, as questões de avaliação são especificadas com critérios de apreciação e ligadas a indicadores de impacto/resultado, que são utilizados para medir os impactos e os resultados da estratégia[[58]](#footnote-58).

Esta verificação ajudará os GAL a perceberem se existem lacunas de coerência entre a lógica de intervenção da estratégia de DLBC e os elementos de avaliação (questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores). Se forem detetadas lacunas, os GAL devem rever/completar os elementos de avaliação.

b. Desenvolver as questões de avaliação e os indicadores para a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC e das atividades de animação (Recomendado)

Durante a fase de execução, a adoção do método LEADER deve ser assegurada pela interação entre um mecanismo de execução adequado e atividades intensivas de animação e de reforço de capacidades:

O mecanismo de execução contribui de forma essencial para a execução da LEADER/DLBC ao nível local; é amplamente enquadrado pela AG, mas existe alguma margem para a maioria dos GAL o moldarem ou adaptarem. Por conseguinte, o avaliador deve, tanto quanto possível, distinguir ambas as esferas. O mecanismo de execução do PDR/M19 deve ser apreciado enquanto contexto pertinente (representando fatores impulsionadores e/ou de entrave).

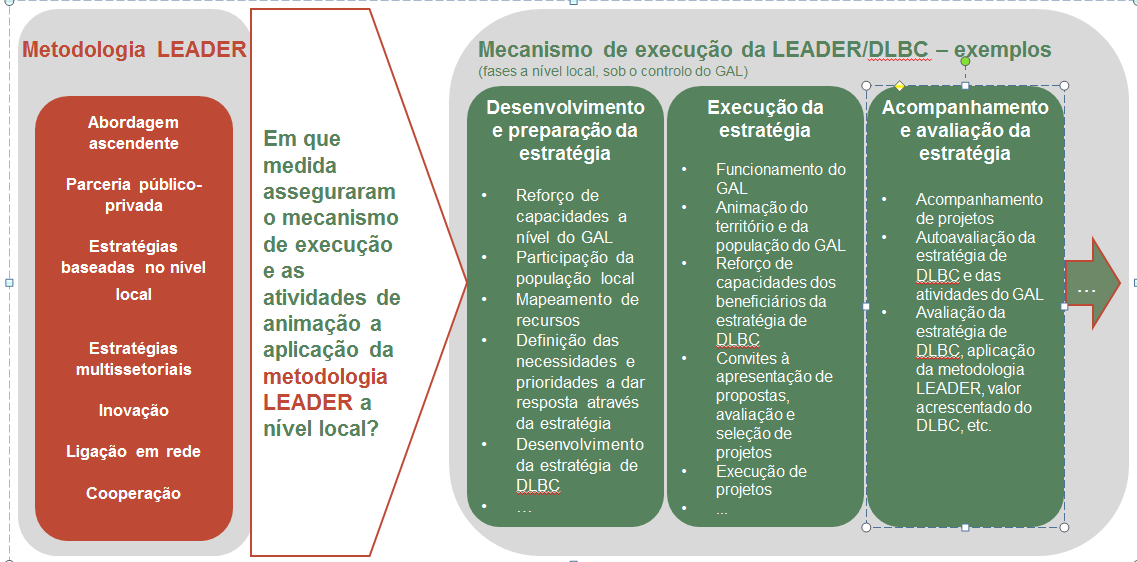
O quadro legal da UE precisa que, no período de programação 2014‑2020, deve haver maior concentração na animação e no aumento de capacidades (por exemplo, através da prestação explícita de apoio preparatório e de um conjunto LEADER de ferramentas de arranque; da afetação explícita de fundos à animação; do aumento do orçamento para os custos operacionais e a animação, de 25 % da despesa pública total em que se incorreu para a estratégia de DLBC). A animação e o aumento de capacidades centram‑se na facilitação de intercâmbios entre as partes interessadas, na prestação de informações, na promoção da estratégia e no apoio aos potenciais beneficiários no desenvolvimento de operações e na preparação de candidaturas.

O efeito imediato da aplicação do método LEADER é a correta execução da estratégia de desenvolvimento local. Os seus efeitos a longo prazo consistem, primeiramente, na aprendizagem adquirida ao nível individual e organizacional (reforço de capacidades, aumento de competências, reforço da confiança, alterações evolutivas na ação de redes e comunidades locais, melhoria dos quadros e das práticas regulamentares, etc.) e nos benefícios relacionados com a valorização do capital social e o aperfeiçoamento da governação local (e, eventualmente, outros tipos de efeitos externos).

A análise de avaliação tradicional, baseada na avaliação quantitativa das ligações de causa‑efeito, pode ser difícil de aplicar e insuficientemente adequada por várias razões:

* Em primeiro lugar, muitas vezes, os projetos de desenvolvimento local não identificam explicitamente os efeitos esperados na governação e na aprendizagem organizacional. Estes efeitos existem, mas estão implícitos.

Figura 17. Ligação entre o método LEADER e o mecanismo de execução ao nível local (exemplo)



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.

* (não declarados) e indistintos (não localizados, ou seja, as comunidades específicas a envolver são identificadas na fase de execução e não na fase de conceção).
* Os principais fatores em causa, como a mudança de opinião e o grau de confiança mútua e de cultura política, organizacional e institucional, são difíceis de medir.
* É muito difícil identificar o tipo de efeitos a médio e longo prazo e atribuí‑lo exclusivamente a um projeto específico (efeitos líquidos), como:
* as interações entre os vários intervenientes através dos quais se produzem, seguem percursos circulares, determinados por relações com características interdependentes de sistemas complexos, e são difíceis de retirar da dinâmica linear de causa‑efeito;
* além disso, atendendo ao facto de que intervenientes na mesma zona recebem, simultaneamente, um grande número de incentivos em termos de cooperação e ligação em rede (maior dinâmica de arranque, mais atividades de aprendizagem e culturais, envolvimento em novas parcerias, etc.), faz algum sentido tentar perceber em que medida influenciou cada um deles comportamentos futuros?

É evidente que, quanto mais a análise se afastar dos processos, mais esbatida será a imagem obtida. Por conseguinte, é necessário providenciar uma base sólida para a análise do processo de animação e do **mecanismo de execução ao nível dos resultados**, com uma dupla finalidade: por um lado, apresentar uma imagem que possa ser interpretada em termos de «resultados de objetivo» mensuráveis, a fim de seguir o progresso e intercetar os efeitos imediatos; por outro, recolher um conjunto adicional de informações (intervenientes, redes, processos evolutivos, etc.), para orientar melhor a procura e a análise dos efeitos de médio e longo prazo em termos de valor acrescentado.

Trata‑se, fundamentalmente, de apreciar a eficácia com que o GAL interage com o seu sistema territorial, a fim de alcançar os objetivos de desenvolvimento em consonância com a estratégia da LEADER/DLBC. Este tipo de interação implica diversas categorias com capacidades específicas:

* Coesão da parceria local ‑ capacidade de promover uma composição adequada da parceria local, assegurando que o sistema de referência institucional, social e económico, nas suas várias componentes, está representado e é proativo dentro da parceria. Tal implica um processo de facilitação das relações entre os parceiros na construção de um ambiente de confiança e na obtenção da qualidade certa de participação, para se alcançar um processo eficaz de aprendizagem organizacional, em que a parceria se converta numa aliança que pode fomentar a inovação e reforçar as estratégias partilhadas, produzindo valor acrescentado.
* Atividade ascendente ‑ o capital de «ligação local em rede», composto por experiência, fiabilidade, reputação, transparência, comunicação e relações. Trata‑se de uma rede de canais de comunicação que permitem a identificação e a partilha de conhecimentos (congregação de conhecimentos), facilitando assim a escuta e a interpretação, a deteção de potencial local, a construção de visões partilhadas e a mobilização de energias sociais para se alcançarem os objetivos de desenvolvimento.
* Aptidão para facilitar a inovação ‑ condição que permite ao mecanismo de execução estimular a emergência de projetos inovadores e de projetos‑piloto, e/ou o aumento do grau de inovação dentro dos projetos apoiados (por exemplo, através da abordagem ou cooperação multissetorial).
* Cooperação e ligação em rede ‑ a capacidade para interagir eficazmente com os intervenientes externos ou de se tornar num parceiro credível, para promover iniciativas de cooperação com outros territórios, reforçar a ação local e criar ligações com outras redes externas que operem em setores relacionados com os elementos essenciais da estratégia de desenvolvimento local. O quadro que se segue revela os elementos de avaliação que se podem utilizar na apreciação deste tipo de processos.

**Exemplos de questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores para a apreciação de resultados combinados de execução e animação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Questões de avaliação | Critérios de apreciação | Indicadores | |
| Indicadores de realização | Indicadores de resultado |
| *Em que medida contribuíram o mecanismo de execução e as atividades de animação para a produção de valor acrescentado?* | Foi assegurada a participação na parceria dos pertinentes intervenientes no desenvolvimento rural | * Número e diversidade de membros do GAL * Grau de participação nas atividades de parceria das pertinentes partes interessadas | * Classificação das alterações detetadas nos comportamentos e no processo de tomada de decisões entre os parceiros |
|  | Aumento da colaboração da comunidade local (grupos de interesse económico e social, e representantes de instituições públicas e privadas) no apoio ao processo de desenvolvimento | * Número e tipo de atividades de apoio a projetos locais * Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram | * Classificação das alterações detetadas no nível de confiança mútua entre as partes interessadas participantes * Nível de alavancagem no apoio à estratégia de desenvolvimento local (mobilização de fundos públicos e privados de várias fontes e/ou trabalho voluntário) |
|  | O GAL foi capaz de mobilizar e assegurar o desenvolvimento rural ao nível local mediante soluções inovadoras para resolver problemas antigos e novos das zonas rurais | * Número de projetos apoiados com caráter inovador ou experimental * Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram | * Ponderação dos projetos de «inovação» no total da despesa (%) |
|  | Promoção de relações e ligações, bem como conceção de projetos com instituições externas, com o objetivo de reforçar e melhorar (inovar) as ações locais | * Número e tipo de redes em que o GAL participa * Número e tipo de projetos de cooperação apoiados * Número e tipo de membros/intervenientes locais envolvidos em projetos de cooperação e atividades de ligação em rede | * Percentagem de estratégias/iniciativas locais que recebem benefícios concretos das atividades de ligação em rede e de cooperação * *Indicadores de resultado específicos relacionados com os objetivos dos projetos de cooperação e das atividades de ligação em rede* |

O valor acrescentado da LEADER/DLBC deve gerar‑se com a execução da estratégia de DLBC, utilizando o mecanismo de execução de DLBC, e ser apoiado pela animação dos GAL. O valor acrescentado da LEADER/DLBC é gerado pelas atividades do GAL, assumindo a forma de alterações de comportamento dos intervenientes locais envolvidos nessas atividades. Tal contribui para a valorização do capital social e o aperfeiçoamento da governação local, bem como para alterações estruturais no território do GAL a longo prazo (ver capítulo 3.1).

As dimensões em que se esperam efeitos mensuráveis são:

* Valorização do capital social.
* Aperfeiçoamento da governação local.
* Melhores resultados da execução da estratégia.

c. Elaborar questões de avaliação para a análise dos impactos esperados no valor acrescentado de DLBC ao nível local

Estas alterações podem ser captadas, primeiramente, ao nível dos resultados, como indicado na secção anterior, sobre a geração de valor acrescentado através do mecanismo de execução e da animação. A longo prazo, estas alterações deverão contribuir para mudanças estruturais ao nível do impacto. Uma vez que a avaliação ao nível do GAL se realiza no fim do período, será improvável que os impactos nestas dimensões possam ser corroborados por verificações. Porém, não só é útil, mas também necessário, no que concerne à aprendizagem, dar margem para uma reflexão comum sobre a eventual emergência de impactos, analisando especificamente as trajetórias das alterações, que são representadas pela lógica de intervenção, e verificar até que ponto esta situação foi percecionada. Esta investigação deve incluir uma análise conjunta dos sinais de alterações que não foram antecipados na lógica de intervenção, mas pareçam apontar para a emergência de impactos imprevistos.

Para a apreciação do valor acrescentado, é necessário determinar o valor acrescentado esperado (capital social valorizado ou governação local aperfeiçoada) e definir questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores conexos.

Para a apreciação das alterações no **capital social local**, as questões de avaliação conexas podem explorar:

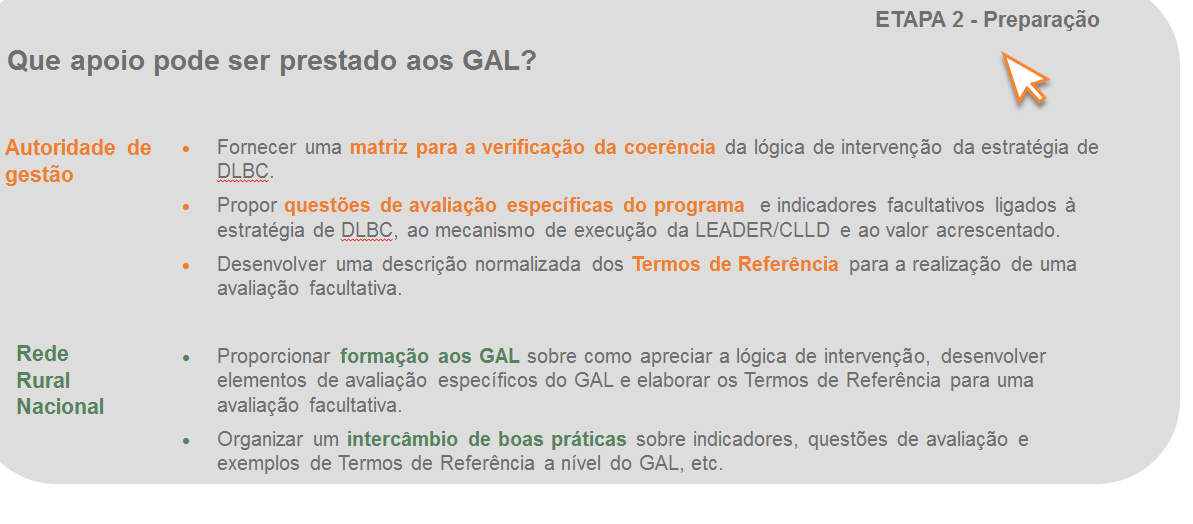
* a densidade e a qualidade das interações entre os intervenientes locais e das interações com fornecedores externos de recursos ou parceiros institucionais a diferentes níveis do processo de tomada de decisões;
* a capacidade dos intervenientes locais para se organizarem em várias formas de parceria, redes e grupos de interesse e de solidariedade. o desenvolvimento de capacidades para estabelecer elos de ligação e construir pontes;
* o aumento da confiança entre os intervenientes no território do GAL;
* a sensibilização para as identidades locais e a imagem ou reputação da zona em causa, a sua população e os seus recursos e produtos;
* a capacitação e o incentivo da geração mais jovem para associar as suas perspetivas de futuro a uma visão da zona em que vivem;
* as opiniões, as atitudes e os comportamentos dos intervenientes locais, bem como as relações entre si;
* as rotinas das organizações, dos sistemas de cooperação e das redes;
* as regras, novas ou alteradas, aplicáveis às interações sociais e à renovação da sociedade.

Para a apreciação das alterações na **governação local**, as questões de avaliação conexas podem explorar:

* a participação de diferentes intervenientes (por exemplo, intervenientes públicos e não públicos) de uma forma mais dinâmica e interativa de aprendizagem social e a sua diversidade e representação (por exemplo, num órgão de decisão);
* os mecanismos de orientação e governação (hierarquia, parcerias interação e solidariedade);
* o controlo de interações e negociações complexas no sistema de governação regional a vários níveis;
* o reforço das relações de interdependência dos intervenientes locais, com base numa identidade local ou num interesse coletivo;
* a criação de incentivos para manter os intervenientes empenhados e comprometidos com objetivos comuns;
* a cooperação e a ligação em rede (por exemplo, perceber em que medida os GAL se tornaram nos principais promotores do desenvolvimento local);
* o papel dos intervenientes nas estruturas de poder (ou seja, a posição de um interveniente na rede social que não se limite apenas ao seu poder formal).

Para a apreciação do valor acrescentado incorporado nos **resultados melhorados da execução da estratégia**, as questões de avaliação conexas podem explorar:

* o tipo e a qualidade de projetos que o método LEADER permitiu apoiar, em comparação com outro tipo de regimes;
* se promotores de projetos novos ou diferentes conseguiram obter apoio para as suas atividades, em comparação com outros regimes de apoio;
* em que medida foram abordados ou estimulados novos potenciais da zona em causa pelas atividades do GAL;
* em que medida foi impulsionada a inovação pelas atividades do GAL;
* em que medida a geração, a identificação, o financiamento e o apoio de acompanhamento reforçaram a resposta dos projetos às necessidades locais e a sua sustentabilidade;
* o alargamento do grupo de potenciais beneficiários, o aumento da mobilização local e o incentivo indireto de não beneficiários a participarem no processo de desenvolvimento.



* 2. ETAPAS 3 e 4: Estruturação e realização da avaliação ao nível do GAL



1. Recolha de dados através da base de dados das operações para a avaliação do PDR (obrigatório)

O ponto de partida para a realização das atividades de avaliação com vista à apreciação da estratégia de DLBC são os **dados de monitorização recolhidos pelos GAL** sobre as realizações imediatas das operações no âmbito da estratégia de DLBC.

Para uma recolha de dados prospetiva, os GAL devem ponderar os dados necessários numa fase posterior da avaliação e da autoavaliação.

* Tratando‑se de autoavaliação dos resultados e dos impactos da estratégia de DLBC, os GAL têm de recolher, além dos dados de monitorização, outras informações qualitativas, por métodos participativos.
* Tratando‑se de avaliação dos resultados e dos impactos da estratégia, os avaliadores devem recolher e analisar os dados qualitativos e quantitativos por métodos de avaliação avançados.

Idealmente, para a triangulação dos resultados da avaliação, deve ser utilizada uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Os métodos qualitativos podem incluir componentes participativas, como grupos de reflexão e entrevistas, utilizadas de preferência quando se opta pela autoavaliação. Por exemplo, para a apreciação dos resultados e dos impactos das atividades de animação e de aumento de capacidades do GAL, é pertinente a utilização, maioritariamente, de métodos qualitativos e participativos. Na avaliação, também são utilizados métodos qualitativos sempre que os dados quantitativos não estejam acessíveis ou sejam difíceis de recolher. A seleção de um método de avaliação rigoroso deve considerar a capacidade de estabelecer uma ligação entre as realizações, os resultados e os impactos da estratégia, e uma relação de causa‑efeito coerente. Quando viável, pode‑se ponderar uma análise contrafactual.

Os métodos utilizados para a apreciação da estratégia de DLBC devem permitir apreciar os **fatores de sucesso e de insucesso**.Nisto se inclui a análise dos **fatores internos**, como a conceção e a orientação da estratégia, a sua execução, as estruturas de parceria e os processos de cooperação, bem como a gestão e a administração do GAL. Além disso, os **fatores externos**, como alterações nas condições socioeconómicas e ambientais, questões políticas, etc., também são apreciados. Podem igualmente ser analisados os aspetos relacionados com a governação, respeitantes tanto a fatores internos como externos (por exemplo, interação entre o GAL e outros níveis de execução do programa). **A apreciação dos resultados e dos impactos das atividades de animação e de aumento de capacidades do GAL** recorre maioritariamente a métodos qualitativos e participativos.

1. Definir o calendário da abordagem de avaliação/autoavaliação (recomendado)

Na fase de estruturação, são aperfeiçoados os métodos a abordagem da atividade de avaliação.

* Tratando‑se de **autoavaliação**, o GAL decide dos métodos a aplicar à apreciação da estratégia de DLBC, do mecanismo de execução da LEADER/DLBC e do valor acrescentado.
* Tratando‑se de **avaliação**, a escolha final dos métodos deve ter em conta a recomendação dos avaliadores (expressa na proposta de avaliação). Idealmente, no concurso para a avaliação, o GAL deve ter uma boa capacidade de apreciação da qualidade dos métodos propostos (ver capítulo 1.2.2.).
* Recomenda‑se a participação de peritos de avaliação muito experientes.

1. Assegurar a adequação dos dados e das informações às necessidades da avaliação/autoavaliação (recomendado)

A escolha dos métodos de avaliação e do conjunto de indicadores existente determina os tipos de dados e de informações que ainda são necessários e que devem ser recolhidos na fase de **observação**. O GAL (autoavaliação) e os avaliadores (avaliação) reveem os dados disponíveis.

Os GAL devem estar cientes do seguinte:

* importância de disporem de um conjunto completo de dados sobre o acompanhamento (indicadores comuns e específicos, e outras informações pertinentes);
* utilidade de manter a base de dados das operações, evitando, assim, dificuldades no rastreio dos progressos na consecução dos objetivos da estratégia de DLBC;
* necessidade de disponibilizar ao avaliador os dados num formato adequado (por exemplo, o sistema de informação deve permitir o descarregamento fácil dos dados quantitativos pertinentes às operações aprovadas/concluídas num documento *Excel* ou *Access*);
* eventual utilidade de outras fontes de informação (por exemplo, estatísticas, informações obtidas de inquéritos, autoavaliações participativas).

1. Assegurar a recolha de dados e de informações (recomendado)

Na fase de **observação**, o GAL (autoavaliação) e os avaliadores (avaliação) concebem e aplicam ferramentas para recolha das informações adicionais necessárias. Seguidamente, são reunidos, agregados e tratados todos os dados e informações disponíveis.

Se forem utilizadas tanto a avaliação como a autoavaliação, é útil associar os dados recolhidos numa autoavaliação aos dados recolhidos pelos avaliadores. O GAL, os seus membros e os beneficiários da estratégia de DLBC devem estar preparados para colaborar com o avaliador e participar nas atividades de avaliação, ou disponibilizar os resultados da autoavaliação ao avaliador. Por exemplo, os GAL dispõem de informações valiosas sobre a realização das suas atividades (relatórios de autoavaliação, relatórios anuais de execução ou bases de dados internas próprias). O avaliador explora estas fontes e outras informações essenciais já existentes (acompanhamento da estratégia de DLBC, RAE e estatísticas formais). Se houver lacunas de dados, podem estas ser colmatadas com informações adicionais, a recolher pelo avaliador (dados recolhidos por meio de estatísticas, inquéritos, entrevistas, grupos de reflexão, etc.).

O GAL (autoavaliação) e os avaliadores (avaliação) devem verificar se os dados e as informações recolhidos são: i) suficientemente adequados para responder às questões de avaliação; ii) válidos e coerentes para efetuar o processo de triangulação; iii) fiáveis, que confirmam as fontes de informação.

**Ferramenta de apoio – Base de dados das operações**

A autoridade de gestão pode facilitar a avaliação/autoavaliação ao nível do GAL, concedendo acesso aos dados existentes e concebendo **bases de dados das operações,** que facilitarão ao GAL a recolha de dados para os seus indicadores específicos. Pode encontrar-se um exemplo dessas operações integradas no [sítio *web*](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/danish-case-study-lag-operations-database-monitoring-and-evaluation_en) do Serviço Europeu de Assistência na Avaliação.

1. Analisar os dados e as informações recolhidos utilizando métodos e ferramentas de avaliação (recomendado)

Todos os dados e informações disponíveis são sistematicamente tratados e resumidos pelo GAL (autoavaliação) e pelos avaliadores (avaliação) durante a fase de **análise**, utilizando diferentes ferramentas e métodos. Considera‑se boa prática que os métodos aplicados pelos GAL o sejam depois pelos avaliadores. Esta prática permite comparar e validar melhor os resultados.

1. Interpretar os resultados das avaliações, responder às questões da avaliação e apresentar conclusões e recomendações   
   (Recomendado)

Na **fase de apreciação**, o GAL (autoavaliação) / os avaliadores (avaliação) interpretam os resultados e utilizam‑nos para responder às questões de avaliação. Com base nos resultados, o GAL/avaliador formula conclusões e recomendações sobre a pertinência e a coerência da estratégia de DLBC, os resultados e os impactos da estratégia, sua eficácia e eficiência na consecução dos objetivos, bem como a correta aplicação do método LEADER e o valor acrescentado produzido.



* 2. ETAPA 5: Comunicação, divulgação e seguimento dos resultados da avaliação ao nível do GAL



1. Comunicação dos dados de monitorização à autoridade de gestão/ao organismo pagador (obrigatório)

O único requisito da CE aplicável aos GAL sobre a apresentação de relatórios diz respeito aos dados de monitorização. Os GAL devem apresentar regularmente dados sobre a execução das operações através das estratégias de DLBC, que são recolhidos pela AG através de um sistema de TI. Para o efeito, utilizam os quadros de acompanhamento incluídos nos documentos de trabalho «Rural development monitoring – implementation report tables» e *«Data item list for Pillar II Operations database (Outputs and Targets)»*.

1. Comunicar os resultados da avaliação/autoavaliação (recomendado)

O GAL deve prestar contas publicamente sobre suas atividades e os progressos realizados no desenvolvimento local. Assim sendo, a comunicação dos resultados da avaliação ao nível local pode considerar‑se um instrumento fundamental para aumentar a responsabilização e a transparência do GAL. Promove a aprendizagem coletiva e informa sobre os resultados, os impactos e o valor acrescentado da LEADER/DLBC ao nível local.

**Tratando‑se de autoavaliação**, o GAL pode desejar partilhar os seus resultados com os seus membros e a população. Os GAL podem utilizar diversos formatos para informar o público‑alvo de forma fácil (informações numa página da Internet, brochuras, folhetos, meios de comunicação social locais, etc.). Podem ser organizados eventos para divulgação dos resultados aos membros do GAL e à população.

**Tratando‑se de avaliação**, os avaliadores preparam o relatório da avaliação. O relatório não tem de ser exaustivo, mas deve ser de fácil leitura, a fim de ser divulgado e discutido com os membros do GAL, bem como com o público em geral do território do GAL. É importante utilizar os resultados da avaliação e os debates subsequentes com as partes interessadas enquanto instrumento de aperfeiçoamento da estratégia de DLBC, da aplicação do método LEADER e das atividades do GAL em geral. Os ensinamentos da avaliação são igualmente tidos em conta na ronda seguinte de elaboração de estratégias.

**Ferramenta de apoio - requisitos   
 mínimos para a apresentação de relatórios**

Facultativamente, a autoridade de gestão pode facilitar a apresentação de relatórios ao nível do GAL, definindo **requisitos indicativos mínimos (não obrigatórios) aplicáveis à comunicação de informações.** Nestes podem incluir-se a calendarização da apresentação de relatórios, ajudando assim a assegurar que as verificações podem ser utilizadas na apreciação dos resultados e dos impactos do PDR. Além disso, tal permite a comparação e o intercâmbio de experiências entre os GAL.

1. Comunicar e divulgar os resultados da avaliação/autoavaliação   
   (Recomendado)

**Os resultados da avaliação/autoavaliação devem ser comunicados e divulgados a diversos públicos‑alvo** por GAL, AG ou RRN. Os GAL devem assegurar sempre que as atividades de divulgação e comunicação são desenvolvidas corretamente e que têm início imediatamente após a aprovação final da avaliação/autoavaliação. Dois dos principais desafios na comunicação dos resultados da avaliação são a identificação do público‑alvo e a produção ou divulgação de informações úteis para esses utilizadores.

Na comunicação da avaliação/autoavaliação ao nível local, é importante incluir nos destinatários não só o público‑alvo, os beneficiários do DLBC e os membros do GAL, mas também toda a população da zona do GAL.

**Os GAL podem utilizar diferentes ferramentas de comunicação para os vários grupos‑alvo** (por exemplo, uma síntese do relatório de avaliação ou artigos em que se resumam os principais resultados). Para tal, podem ser utilizados vários canais de divulgação (por exemplo, sítios *web*, eventos públicos, envio de correspondência coletiva, TV, rádio, etc.).

1. Assegurar o seguimento dos resultados da avaliação/autoavaliação (recomendado)

**A avaliação constitui uma ferramenta estratégica de gestão e aprendizagem.** Proporciona às partes interessadas a oportunidade de refletirem sobre os resultados da avaliação e eventuais melhorias. Os GAL são aconselhados a darem seguimento às conclusões e recomendações, a fim de:

* assegurar a responsabilização pública e a transparência na governação local;
* promover o debate sobre a definição de estratégias e prioridades com as partes interessadas;
* melhorar a conceção e a execução das estratégias;
* motivar as partes interessadas e os gestores do GAL a participarem ativamente na melhoria do desempenho do GAL e a incentivarem a cultura da aprendizagem organizacional;
* reforçar a aplicação do método LEADER;
* aumentar o valor acrescentado do DLBC.

Os GAL devem dar seguimento às recomendações da avaliação/autoavaliação e definir as respostas necessárias à gestão. As ações de seguimento devem produzir resultados concretos. A figura que se segue mostra como se pode dar seguimento aos resultados da avaliação/autoavaliação.



Figura 18. Organização do seguimento dos resultados da avaliação



*Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017.*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ferramenta de apoio: como pode o GAL facilitar o seguimento da avaliação**   |  |  | | --- | --- | | Conclusão | A composição das operações no âmbito do objetivo específico 1, «Desenvolver competências empresariais e aumentar os conhecimentos da população local» e a conceção dessas operações (elegibilidade de ações, beneficiários e orçamento) não são suficientemente eficazes para alcançar o objetivo supramencionado. | | Recomendação | Recomenda-se o alargamento do âmbito dos beneficiários elegíveis, das atividades e do orçamento para as operações existentes, a fim de se dar melhor resposta à necessidade de reforço das competências e dos conhecimentos empresariais.  Recomenda-se a inclusão de operações de apoio das infraestruturas empresariais (incubadoras de empresas, serviços de consultoria, microempréstimos, etc.). | | Resultado previsto | Maior número de operações e mais bem orientadas para as comunidades empresariais potenciais e existentes, que visem o aumento dos seus conhecimentos e competências. | | Resposta da gestão | Modificação da estratégia de DLBC no âmbito do objetivo específico 1. | | Ações de seguimento | Alteração da composição e da conceção das operações no âmbito do objetivo específico 1; novas operações implicadas no apoio às infraestruturas empresariais. | | Resultados alcançados | Um grande número de empresários com mais e melhores competências para constituírem e desenvolverem as suas empresas. | |



2. Anexo
   1. Glossário

**Acompanhamento**

Um exame exaustivo e regular dos recursos, das realizações e dos resultados das intervenções públicas. O acompanhamento baseia‑se num sistema de informações coerentes, nomeadamente relatórios, análises, balanços, indicadores, etc. As informações do sistema de acompanhamento obtêm‑se sobretudo dos beneficiários e são utilizadas essencialmente para orientar as intervenções públicas. Quando o acompanhamento inclui uma apreciação, esta refere‑se à consecução dos objetivos operacionais. O acompanhamento visa igualmente o retorno de informação e a aprendizagem direta; geralmente, é da responsabilidade dos intervenientes encarregados de executar uma intervenção.

**Acordo de parceria**

Documento elaborado por um Estado‑Membro, com a participação de parceiros, em conformidade com a abordagem de governação a vários níveis, que estabelece a estratégia, as prioridades e as modalidades de utilização dos FEEI por esse Estado‑Membro de forma eficaz e eficiente, a fim de prosseguir a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, aprovado pela Comissão após avaliação e diálogo com o Estado‑Membro em causa.

**Autoavaliação**

A autoavaliação constitui um processo de formação que é concebido e realizado pelas pessoas responsáveis pela execução de uma intervenção ou que nela participam (por exemplo, órgãos de gestão, órgãos de decisão e beneficiários). Gera uma visão privilegiada das atividades e centra‑se no desempenho global. Os intervenientes – com ou sem a ajuda de um moderador externo – refletem sobre as suas ações e sobre o modo como contribuem para a consecução dos objetivos acordados. A natureza participativa da autoavaliação promove a aprendizagem entre todas as pessoas que dela fazem parte.

**Avaliação**

A avaliação é um processo de apreciação das intervenções em função dos seus resultados e impactos e das necessidades que pretendem satisfazer. A avaliação analisa a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência de uma intervenção.

**Avaliador**

Pessoa que realiza a avaliação, habitualmente integrada numa equipa e em programas complexos, que exigem um conjunto de qualificações e competências. Os avaliadores reúnem e interpretam dados secundários, recolhem dados primários, realizam análises e elaboram relatórios de avaliação. Devem ser independentes da entidade que encomenda a avaliação e dos gestores do programa.

**Beneficiário**

Pessoa ou organização diretamente afetado pela intervenção, intencionalmente ou não. Os beneficiários recebem apoio sob a forma de serviços e informação, e utilizam meios criados com o apoio da intervenção (por exemplo, uma família que utiliza uma rede telefónica que foi melhorada com apoio público ou uma empresa que beneficiou de assistência ou aconselhamento). Algumas pessoas podem ser beneficiárias sem pertencerem necessariamente ao grupo visado pela intervenção. Do mesmo modo, o grupo elegível não se compõe só por beneficiários.

**Capital social**

O capital social pode ser definido como «redes juntamente com normas, valores e entendimentos partilhados que facilitam a cooperação dentro de grupos ou entre estes».

**Coerência interna**

Correspondência entre os diferentes objetivos da mesma intervenção. A coerência interna implica a existência de uma hierarquia de objetivos, em que os objetivos que estão na base contribuem logicamente para os que estão acima deles.

**Contributos primários da LEADER/DLBC**

Contributos diretos das operações executadas no âmbito da LEADER/DLBC para os objetivos ligados ao domínio de incidência principal (normalmente o DI 6B ‑ desenvolvimento local nas zonas rurais), em cujo âmbito a LEADER/DLBC está programada.

**Contributos secundários da LEADER/DLBC**

Contributos das operações executadas no âmbito da LEADER/DLBC para domínios de incidência adicionais que não o domínio de incidência principal (normalmente o DI 6B), no qual a LEADER/DLBC está programada e para o qual contribui diretamente. O contributo secundário pode ser predominante e adicional. Contributos secundários predominantes para DI para os quais as operações contribuem significativamente. Contributos secundários adicionais para DI para os quais a operação contribui, mas não significativamente.

**Critérios de apreciação**

Também conhecido como «critério de avaliação», o critério de apreciação especifica um aspeto da intervenção avaliada que permitirá a apreciação dos respetivos méritos ou êxito. Os critérios de apreciação estão estreitamente ligados às questões de avaliação, na medida em que são utilizados para responder a questões de avaliação. De cada questão resultam um ou mais critérios de apreciação.

**Desenvolvimento local de base comunitária (DLBC)**

O DLBC constitui uma ferramenta específica, para utilizar ao nível sub‑regional, que complementa outras medidas de apoio ao nível local. O DLBC pode mobilizar e envolver as comunidades e as organizações locais, a fim de contribuírem para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Europa 2020, de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, fomentar a coesão territorial e alcançar objetivos de política específicos.

**Domínio de incidência**

A União Europeia definiu seis prioridades para o Desenvolvimento Rural. Essas prioridades foram subdivididas em 18 «domínios de incidência», a fim de se precisarem melhor os objetivos de cada prioridade e facilitar a programação. Os programas de desenvolvimento rural têm de quantificar objetivos específicos *ex ante* em relação a cada domínio de incidência. Os Estados‑Membros têm de informar regularmente sobre os progressos realizados na consecução desses objetivos durante o período de programação.

**Efeito líquido**

Efeito imputável exclusivamente à intervenção pública, contrariamente às alterações aparentes ou aos efeitos brutos. Para avaliar os efeitos líquidos, baseados nos efeitos brutos, é necessário subtrair as alterações que teriam ocorrido na ausência da intervenção pública e que, por conseguinte, a esta não são imputáveis, já que resultam de fatores de confusão (situação contrafactual). Por exemplo, o número de trabalhadores de empresas beneficiárias parece ser estável (a alteração ou o efeito bruto equivale a zero). Contudo, prevê‑se que, sem o apoio, teria havido 400 despedimentos (situação contrafactual). Deste modo, mantiveram‑se 400 postos de trabalho (efeito líquido).

**Eficácia**

A medida em que os objetivos visados por uma determinada intervenção são alcançados. Um indicador de eficácia é calculado com base na comparação de indicadores de realizações, resultados ou impacto com um objetivo quantificado.

**Eficiência**

A melhor relação obtida entre os meios utilizados e os resultados alcançados na consecução de um determinado objetivo através de uma intervenção. A eficiência procura determinar se teria sido possível obter mais efeitos com o mesmo orçamento ou obter os mesmos efeitos com um custo inferior. Um indicador de eficiência é calculado com base na divisão dos fatores de produção mobilizados no orçamento pela quantidade de efeitos obtidos.

**Equivalentes a tempo inteiro (ETI)**

As unidades equivalentes a tempo inteiro são utilizadas para melhorar a comparabilidade dos indicadores de emprego. Os valores relativos ao número de pessoas cujo tempo de trabalho é inferior ao tempo de trabalho normal de um trabalhador regular, a tempo inteiro, devem ser convertidos em equivalentes a tempo inteiro, tomando por referência o tempo de trabalho de um trabalhador regular, a tempo inteiro, da unidade. Nesta categoria incluem‑se as pessoas cujo tempo de trabalho é inferior ao tempo de trabalho diário normal, ao tempo de trabalho semanal normal ou ao tempo de trabalho mensal normal num ano. A conversão deve ser efetuada com base no número de horas, dias, semanas ou meses trabalhados.

**Estratégia de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC)**

A estratégia DLBC é um conjunto coerente de operações, destinadas a cumprir objetivos e a satisfazer necessidades locais, que contribui para a realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, concebido e executado por um GAL.

**Fiabilidade**

Qualidade da recolha de dados de avaliação quando o protocolo utilizado permite a produção de informações semelhantes durante observações repetidas em condições idênticas. A fiabilidade depende da conformidade com as regras de amostragem e das ferramentas utilizadas para a recolha e o registo de informações quantitativas e qualitativas.

**Governação**

Compreende as instituições, os processos e os mecanismos através dos quais as partes interessadas públicas, económicas e da sociedade civil manifestam os seus interesses, exercem os seus direitos legais, cumprem os seus deveres e resolvem as suas divergências.

**Hierarquia de objetivos**

Instrumento que ajuda a analisar e a comunicar os objetivos, e mostra o modo como as intervenções contribuem para a consecução de objetivos globais, intermédios e operacionais. Organiza esses objetivos em níveis diferentes (objetivos principais e objetivos conexos) sob a forma de hierarquia ou de árvore, demonstrando assim as ligações lógicas existentes entre os objetivos principais e respetivos objetivos conexos. Apresenta, de forma sintética, as várias lógicas de intervenção resultantes do regulamento, as quais ligam ações individuais aos objetivos globais da intervenção.

**Impacto**

Num processo de avaliação de impacto, o termo «impacto» significa todas as alterações que se prevê venham a ocorrer em resultado da execução e da aplicação de determinada opção/intervenção política. Tais impactos podem ocorrer em períodos diferentes, afetar diversos intervenientes e ser pertinentes a várias escalas (local, regional, nacional e da UE). No contexto de uma avaliação, o impacto refere‑se a alterações associadas a uma intervenção específica que ocorrem a mais longo prazo.

**Indicador**

Instrumento que se destina à medição de: um objetivo; um recurso mobilizado; uma realização cumprida; um efeito obtido; uma variável de contexto (económica, social ou ambiental). As informações obtidas de um indicador constituem um dado utilizado para medir factos ou opiniões. Um indicador deve, entre outros elementos, produzir informações simples, que possam ser comunicadas e facilmente compreendidas tanto por quem as presta como por quem as utiliza. Deve ajudar os gestores das intervenções públicas a comunicarem, negociarem e tomarem decisões. Idealmente, para tal, o indicador deve estar associado a um critério de êxito da intervenção. Deve refletir, com a maior exatidão possível, o objeto da medição (validade da construção). O indicador e a sua unidade de medida devem ser sensíveis. A quantidade medida deve variar significativamente quando ocorre uma alteração na variável a medir.

**Indicador de objetivo**

Para cada domínio de incidência escolhido de entre seis prioridades de desenvolvimento rural, são definidos indicadores de objetivo quantificáveis ao nível comunitário. Os indicadores de objetivos devem estar ligados, tão diretamente quanto possível, a intervenções e programas de desenvolvimento rural, mitigando o efeito de fatores externos. Devem ser indicadores que possam ser acompanhados de forma simples e regular, minimizando as necessidades de dados para os beneficiários e as administrações, já que os valores destes indicadores serão acompanhados com regularidade no decurso de cada programa de desenvolvimento rural. Sempre que possível, devem ser utilizados os indicadores e métodos estabelecidos. Na sua maioria, os indicadores de objetivos estarão ao nível dos resultados, com a exceção da prioridade 1, que é horizontal e cujos resultados são captados através dos efeitos produzidos pelas outras prioridades. Para os domínios de incidência no âmbito desta prioridade, os indicadores de objetivo serão estabelecidos ao nível das realizações

**Indicador qualitativo**

Uma descrição, sob a forma de uma declaração concisa, clara e estável, de um objetivo a alcançar ou de um impacto obtido. A organização dos descritores numa grelha estruturada pode constituir o primeiro passo para a criação de um indicador. Se tiverem sido criados vários descritores previamente, estes podem ser utilizados para elaborar uma grelha de observação. Com esta grelha, é possível observar e descrever um fenómeno ou uma alteração de forma qualitativa e estruturada. Se um objetivo ou um impacto for considerado efetivamente importante, a avaliação não pode excluí‑lo do seu âmbito de análise só porque é difícil medi‑lo quantitativamente. Nesse caso, é preferível recolher dados qualitativos e estruturá‑los através de descritores.

**Indicadores específicos do programa**

Um indicador é um fator ou uma variável quantitativa ou qualitativa que constitui um meio simples e fiável para medir os progressos, refletir as alterações decorrentes de uma intervenção ou ajudar na apreciação do desempenho de um interveniente no desenvolvimento. O conjunto de indicadores comuns, vinculativos para todos os Estados‑Membros, serve para medir os progressos realizados e as alterações introduzidas tanto ao nível do programa como ao nível europeu. Uma vez que os indicadores comuns podem não refletir plenamente todos os efeitos das atividades do programa, as AG dos Estados‑Membros devem complementar o indicador comum definido e determinar, para o efeito, indicadores adicionais que detetem todos os efeitos pretendidos de um determinado programa, em especial no que toca a prioridades nacionais e a medidas específicas do local. Os indicadores adicionais são designados por indicadores específicos do programa.

**Indicadores comuns**

Um indicador é um fator ou uma variável quantitativa ou qualitativa que constitui um meio simples e fiável para medir os progressos, refletir as alterações decorrentes de uma intervenção ou ajudar na apreciação do desempenho de um interveniente no desenvolvimento. No contexto da política de desenvolvimento rural, o conjunto de indicadores comuns, vinculativos para todos os Estados‑Membros, serve para medir os progressos e as alterações verificados tanto ao nível do PDR como ao nível europeu.

**Intervenção**

Este é um termo genérico para designar um amplo conjunto de atividades da UE, designadamente: medidas financeiras e não financeiras, legislação, planos de ação e redes.

**LEADER**

Acrónimo em francês de *Liaison Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale* (ligação entre as ações de desenvolvimento da economia rural). Trata‑se de um método de desenvolvimento local, promovido pelas próprias comunidades, para mobilização e desenvolvimento das comunidades rurais mediante parcerias locais dos setores público e privado (grupos de ação local). Destina‑se a ajudar populações, grupos e empresas rurais a explorarem o potencial da sua região, e a incentivar a execução de estratégias de desenvolvimento local integradas e inovadoras. Nas suas duas primeiras gerações enquanto iniciativa comunitária (LEADER I: 1991‑93, seguida da LEADER II: 1994‑99), centrou‑se nas zonas rurais desfavorecidas. Em 2000‑2006 (LEADER+), o método foi alargado para passar a abranger todos os tipos de zona rural. Posteriormente, em 2007‑2013, a abordagem foi generalizada aos programas de desenvolvimento rural da União Europeia, como parte integrante destes, abrangendo cerca de 2 200 territórios rurais em 27 Estados‑Membros. Em 2007, a LEADER foi tornada extensiva ao setor das pescas. No período 2014‑2020, a iniciativa prossegue no âmbito do desenvolvimento rural. Está igualmente disponível no âmbito da política de coesão, enquanto instrumento comum designado por «desenvolvimento local de base comunitária».

**Lógica de intervenção**

A lógica de intervenção constitui a ligação lógica entre o problema a resolver (ou o objetivo a cumprir), as causas do problema e as opções políticas disponíveis (ou as ações da UE efetivamente empreendidas) para solucionar o problema ou alcançar o objetivo. A lógica de intervenção é utilizada tanto nas avaliações de impacto prospetivas como nas avaliações retrospetivas**.**

**Mecanismo de execução**

O mecanismo de execução pode ser definido como um conjunto de regras, procedimentos e etapas individuais para traduzir os objetivos da política na aplicação final das ações pelos beneficiários dos fundos.

**Método LEADER**

O método LEADER é a aplicação combinada dos seus princípios:

* Abordagem ascendente;
* Abordagem baseada na zona;
* Parceria local;
* Integração multissetorial;
* Ligação em rede;
* Inovação;
* Cooperação interterritorial e cooperação internacional.

**Objetivo**

Declaração clara, explícita e inicial sobre os efeitos a alcançar com uma intervenção pública. Um objetivo quantitativo é enunciado sob a forma de indicadores e um objetivo qualitativo sob a forma de descritores. Os objetivos específicos dizem respeito aos resultados e aos impactos de uma determinada intervenção sobre os beneficiários diretos. Um objetivo global corresponde à finalidade da intervenção. O objetivo de uma intervenção é provocar um impacto expresso em termos globais, como, por exemplo, reduzir as disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento. Os objetivos também podem ser intermédios. Os objetivos que especificam os resultados a produzir são designados por objetivos operacionais. Se os objetivos de uma intervenção pública não tiverem sido definidos antecipadamente de forma clara, a avaliação poderá tentar clarificá‑los posteriormente. Nesse caso, é preferível referir‑se a objetivos implícitos. Os objetivos devem ser expressos em termos SMART [*Specific* (específicos), *Measurable* (mensuráveis), *Achievable* (alcançáveis), *Realistic* (realistas) e *Time‑dependent* (calendarizados)].

**Partes interessadas**

Parte interessada é qualquer indivíduo ou entidade afetada, visada ou envolvida de algum modo na intervenção da UE.

**Pertinência**

A medida em que os objetivos de determinada intervenção estão relacionados com necessidades, problemas e domínios. As questões de pertinência são particularmente importantes para uma avaliação *ex ante*, porque o cerne está na estratégia escolhida ou na sua justificação.

**Plano de avaliação**

Define as atividades de avaliação, incluindo as medidas institucionais (governação da avaliação) e as disposições em matéria de gestão (da avaliação), referentes a todo um período de execução do programa.

**Questão de avaliação**

Uma questão que requer resposta dos avaliadores. Por norma, estas questões são colocadas por quem encomenda uma avaliação. Normalmente, as questões de avaliação constam dos termos de referência dos projetos de avaliação.

**Questão de avaliação específica do programa**

As questões de avaliação específicas do programa são formuladas para efeitos de avaliação de um programa específico, com vista a proporcionar um conhecimento mais aprofundado sobre a execução global do programa em causa ou a refletir os objetivos específicos do mesmo programa. Ao contrário das questões de avaliação específicas do programa, as questões de avaliação «comuns» aplicam‑se a todos os programas.

**Recomendações**

Propostas que visam, cumulativa ou alternativamente: aumentar a pertinência, a eficácia, a eficiência, o valor acrescentado e a coerência do programa/da estratégia; reformular os objetivos e as medidas; reafetar os recursos. As recomendações devem estar associadas a conclusões baseadas em dados.

**Resultado**

Vantagem (ou desvantagem) obtida pelos beneficiários diretos no termo da sua participação numa determinada intervenção pública, ou logo que esteja concluído um serviço público. Os resultados são observados quando um operador conclui uma ação e justifica a forma como os fundos afetados foram despendidos e geridos. Neste ponto, o operador pode demonstrar, por exemplo, que a acessibilidade foi melhorada através da construção de estradas ou que as empresas que receberam aconselhamento se declaram satisfeitas. Os operadores podem acompanhar os resultados com regularidade. Nesse caso, têm de adaptar a execução da intervenção aos resultados obtidos.

**Sinergia**

O facto de várias intervenções públicas (ou várias componentes de uma intervenção) produzirem em conjunto um impacto que é maior do que a soma dos impactos que produziriam isoladamente (por exemplo, uma intervenção que financia o alargamento de um aeroporto, que, por sua vez, contribui para os promover os serviços turísticos, igualmente financiados pela intervenção). Geralmente, a sinergia refere‑se a impactos positivos. Contudo, podem referir‑se igualmente fenómenos que acentuam os efeitos negativos, as sinergias negativas ou os fatores que prejudicam as sinergias (por exemplo, uma intervenção que subsidia a diversificação de empresas enquanto uma política regional ajuda a fortalecer a atividade dominante).

**Sistema comum de acompanhamento e avaliação**

O artigo 14.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão estabelece um sistema comum de acompanhamento e avaliação, que inclui: a) uma lógica de intervenção que revela as interações entre as prioridades, os domínios de incidência e as medidas; b) um conjunto comum constituído por um contexto e por indicadores de resultado e de realização, incluindo os indicadores a utilizar para o estabelecimento de objetivos quantificados para o desenvolvimento rural nos domínios de incidência, e um conjunto de indicadores predefinidos, para a análise do desempenho; c) questões de avaliação comuns; d) recolha, armazenagem e transporte de dados; e) relatórios regulares sobre as atividades de acompanhamento e de avaliação; f) o plano de avaliação; g) as avaliações *ex ante* e *ex post*, assim como as restantes atividades de avaliação relacionadas com o programa de desenvolvimento rural, incluindo as necessárias para cumprir os requisitos acrescidos dos relatórios anuais de execução de 2017 e 2019; h) apoio aos responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação no cumprimento dos seus deveres.

**Valor acrescentado da LEADER/DLBC**

O valor acrescentado da LEADER/DLBC refere‑se aos benefícios obtidos devido à correta aplicação do método LEADER em comparação com os benefícios que seriam obtidos sem aquela aplicação. O valor acrescentado da LEADER/DLBC pode assumir a forma de valorização do capital social, de aperfeiçoamento da governação e de melhores resultados e impactos da execução do programa/da estratégia.

1. A necessidade de emitir orientações metodológicas para a LEADER/DPCL radica igualmente no quadro legal, nomeadamente no anexo VI, ponto 2, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-1)
2. O Painel de Consulta do Grupo de Trabalho Temático para as Orientações sobre a «Avaliação da LEADER/DLBC» foi composto, entre outros, por representantes da DG AGRI, da DG MARE, do Grupo de Peritos para o Acompanhamento e a Avaliação da PAC 2014-2020 e do Ponto de Contacto da REDR. [↑](#footnote-ref-2)
3. Artigo 32.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-3)
4. Tendo em conta as possibilidades previstas no quadro legal, nomeadamente nos artigos 67.º, 68.º e 69.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-4)
5. Juntamente com os Investimentos Territoriais Integrados para o FEDER, o FSE, o FEADER, o FEAMP e o Fundo de Coesão. Artigo 36.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-5)
6. Documento de trabalho dos serviços da Comissão: *«Elements of Common Strategic Framework to ERDF, ESF, Cohesion Fund, EAFRD and EMFF».* [↑](#footnote-ref-6)
7. Artigo 32.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-7)
8. Artigo 34.º, n.º 3, alínea g), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-8)
9. Artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-9)
10. Artigo 35.º, alínea d), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-10)
11. Anexo I, parte I, ponto 9.3, alíneas a) e b), do Regulamento (UE) n.º 808/2014. [↑](#footnote-ref-11)
12. Anexo VII, ponto 7, do Regulamento (UE) n.º 808/2014. [↑](#footnote-ref-12)
13. Artigo 14.º do Regulamento (UE) n.º 808/2014. [↑](#footnote-ref-13)
14. Artigo 67.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-14)
15. http://ec.europa.eu/transparency/regexpert/index.cfm?do=groupDetail.groupDetailDoc&id=21095&no=3 [↑](#footnote-ref-15)
16. [https://ec.europa.eu/agriculture/cap-overview/history\_pt](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/monitoring-evaluation/index_en.htm) e <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/european-evaluation-helpdesk-rural-development/evaluation-helpdesks-publications/guidance> [↑](#footnote-ref-16)
17. Documento de trabalho: «Orientações para a programação estratégica para o período 2014-2020». [↑](#footnote-ref-17)
18. Anexo IV do Regulamento (UE) n.º 808/2014 e anexo 11 das orientações «*Assessing RDP results*». [↑](#footnote-ref-18)
19. Anexo V do Regulamento (UE) n.º 808/2014. [↑](#footnote-ref-19)
20. Artigos 70.º e 71.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-20)
21. <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/european-evaluation-helpdesk-rural-development/evaluation-helpdesks-publications_en?2nd-language=fr> [↑](#footnote-ref-21)
22. PDR de Inglaterra, Reino Unido, programado no âmbito da LEADER/DLBC no DI 6A. [↑](#footnote-ref-22)
23. Artigo 35.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-23)
24. Esta apreciação diz respeito à informação sobre a avaliação nos RAE a apresentar em 2017 e 2019, em conformidade com o anexo VII, ponto 7, do Regulamento (UE) n.º 808/2014. [↑](#footnote-ref-24)
25. Se determinado PDR tiver muitos projetos de cooperação transnacional/transregional (para programas regionais) no âmbito da LEADER/DLBC, recomenda-se o planeamento e a realização, ao nível do programa, de uma avaliação específica da cooperação nesse âmbito. [↑](#footnote-ref-25)
26. Orientações *«Assessement of RDP results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017»*, http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017 [↑](#footnote-ref-26)
27. Artigos 33.º e 34.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-27)
28. DG AGRI, «Rural Development Monitoring (2014-2020)», documento de trabalho para o Comité do Desenvolvimento Rural, agosto de 2014. <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-indicators/output/working-document-rd-monitoring-implementation-report-tables_en.pdf> [↑](#footnote-ref-28)
29. Mintzberg, H. (2008): *Strategy Safari.* *The complete guide through the wilds of strategic management.* Pearson Education, Canadá.0 [↑](#footnote-ref-29)
30. 0. 0*Ibid.* [↑](#footnote-ref-30)
31. Ver «Guidelines on the Assessment of RPD results», <https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-31)
32. Artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013: OT1: reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT3: aumentar a competitividade das PME, do setor agrícola (FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (FEAMP); OT8: promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9: promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. [↑](#footnote-ref-32)
33. <http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm> [↑](#footnote-ref-33)
34. Para uma orientação pormenorizada sobre a verificação da coerência, ver os documentos de orientação anteriores, designadamente «Capturing the success of your RDP: Guidelines for the *ex post* evaluations 2007-2013» e «[Guidelines: «Assessment of RDP results: How to prepare for reporting on evaluation in 2017».](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en) [↑](#footnote-ref-34)
35. DT: «Common Evaluation Questions for Rural Development programmes 2014-2020», <https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/european-evaluation-helpdesk-rural-development/evaluation-helpdesks-publications/guidance_en> [↑](#footnote-ref-35)
36. DT: «Common evaluation questions for 2014-2020 RDPs», <https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/european-evaluation-helpdesk-rural-development/evaluation-helpdesks-publications/guidance_en> [↑](#footnote-ref-36)
37. Para informações pormenorizadas sobre o desenvolvimento de questões de avaliação específicas do programa, critérios de apreciação e indicadores, consulte os documentos de orientação («Guidelines: «Assessment of RDP results: How to prepare for reporting on evaluation in 2017», <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en>). [↑](#footnote-ref-37)
38. Para mais informações sobre modos de desenvolvimento de questões de avaliação específicas do programa, critérios de apreciação e indicadores, consulte o documento «Guidelines: «Assessment of RDP results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017», <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-38)
39. <http://ec.europa.eu/agriculture/evaluation/rural-development-reports/2015/ex_ante_rdp_synthesis_2014_2020/fulltext_en.pdf> [↑](#footnote-ref-39)
40. Documento de trabalho «Data item list for Pillar II Operations database». [↑](#footnote-ref-40)
41. Orientações: «Assessment of RDP results: How to prepare for evaluation in 2017, Annex 11 – Fiches for answering the CEQ 1 – 21», <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-41)
42. Ver o documento da REDR (2011): [«Grupo de Trabalho Temático 4 — Mecanismos de Execução da Política de Desenvolvimento Rural» Relatório Final](http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/fms/pdf/D44FCDEB-C1DC-3F8B-8EDE-B5C89302360C.pdf) [↑](#footnote-ref-42)
43. Estes métodos são descritos pormenorizadamente, e ilustrados com exemplos, no documento de trabalho do Serviço de Assistência «Capturing Impacts of Leader and of measures to improve quality of life in rural areas», julho de 2010, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/fms/pdf/98275CF6-C4FD-1908-07DE-1F1EA065BC29.pdf> [↑](#footnote-ref-43)
44. *Idem*. [↑](#footnote-ref-44)
45. <http://cor.europa.eu/en/activities/governance/Pages/multilevel-governance1.aspx> [↑](#footnote-ref-45)
46. «Guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs», <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>, e orientações para a avaliação de RRN, <https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/european-evaluation-helpdesk-rural-development/evaluation-helpdesks-publications/guidance_en> [↑](#footnote-ref-46)
47. Orientações: «Assessment of RDP results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017», <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-47)
48. Orientações: «Assessment of RDP results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017», <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-48)
49. DT: Common evaluation questions for RDPs 2014-2020, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/working-document-common-evaluation-questions-rural-development-programmes_en> [↑](#footnote-ref-49)
50. Como escolher o canal de transmissão das informações. [↑](#footnote-ref-50)
51. Qual o alcance da divulgação? [↑](#footnote-ref-51)
52. Além das atividades supramencionadas, os GAL podem realizar outras atividades e projetos, bem como utilizar outros fundos; por exemplo, projetos de inclusão social, projetos de infraestruturas, etc. [↑](#footnote-ref-52)
53. Ficha da medida «Desenvolvimento local no âmbito da LEADER», ponto 5.4, «Animação: Custos de animação da estratégia de DLBC, destinada a facilitar o intercâmbio entre as partes interessadas, a prestar informações, a promover a estratégia e a ajudar potenciais beneficiários a conceberem operações e a prepararem os processos de candidatura». [↑](#footnote-ref-53)
54. Artigo 35.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-54)
55. Artigo 33.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-55)
56. Esta abordagem é semelhante à da revisão da lógica de intervenção do PDR, descrita nas orientações: «Assessment of RDP results: how to prepare for reporting on evaluation in 2017», Serviço Europeu de Assistência na Avaliação, 2016, http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017\_en [↑](#footnote-ref-56)
57. A AG também pode formular questões de avaliação específicas do programa, relacionadas com a LEADER/DLBC, às quais os GAL devem responder, fornecendo, para o efeito, indicadores específicos do programa, além dos indicadores comuns do SCAA. [↑](#footnote-ref-57)
58. Encontram-se mais informações sobre a verificação da coerência da lógica de intervenção com os elementos de avaliação disponíveis nas «Guidelines Assessment of RDP results:How to prepare for reporting on evaluation in 2017», parte II, ponto 5.2, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en> [↑](#footnote-ref-58)